

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 03-02-2020.

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cláudio Janta, Comissário Rafão Oliveira, Farid Germano Filho, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lino Zinn, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 266/19 (Processo nº 0627/19), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 267/19 e o Projeto de Resolução nº 050/19 (Processos nos 0628 e 0524/19, respectivamente), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Resolução nº 062/19 (Processo nº 0613/19), de autoria de Alvoni Medina; o Projeto de Resolução nº 061/19 (Processo nº 0597/19), de autoria de Comandante Nádia; os Projetos de Lei do Legislativo nos 228, 231 e 245/19 (Processos nºs 0519, 0523 e 0565/19, respectivamente), de autoria de Engº Comassetto; o Projeto de Lei do Legislativo nº 269/19 (Processo nº 0638/19), de autoria de João Carlos Nedel; o Projeto de Lei do Legislativo nº 243/19 (Processo nº 0563/19), de autoria de Roberto Robaina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 020/19 (Processo nº 0031/19), de autoria de Valter Nagelstein. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 015, 019, 020, 017, 016 e 018/20, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei do Executivo nºs 001, 002 e 003/20 e os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 001, 002 e 003/20 (Processos nºs 0014, 0018, 0019, 0015, 0016 e 0017/20, respectivamente). Ainda, foram apregoados os Ofícios nºs 1056, 1057 e 1058/19 e 008 e 009/20, do Prefeito, encaminhando Vetos Parciais, respectivamente, ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/19, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/19, ao Projeto de Lei do Executivo nº 027/19, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 051/17 e ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/19 (Processos nºs 0525/19, 0242/19, 0553/19, 3137/17 e 0443/19, respectivamente). A seguir, foi apregoado comunicado assinado por João Carlos Nedel, informando que exercerá o cargo de Líder da Bancada do Progressistas no ano de dois mil e vinte. Também, foi apregoado requerimento de autoria de Cassio Trogildo, Líder da Bancada do PTB, solicitando, nos termos do artigo 218, § 6º, do Regimento, Licença para Tratamento de Saúde para Paulo Brum do dia trinta de janeiro ao dia dois de fevereiro do corrente, tendo o Presidente informado que Comissário Rafão Oliveira fora empossado na vereança, em substituição, do dia trinta e

um de janeiro ao dia dois de fevereiro do corrente. Ainda, foi apregoado requerimento de autoria de José Freitas, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia trinta de janeiro ao dia primeiro de fevereiro do corrente. Em continuidade, foi apregoado o Processo SEI nº 017.00002/2020-44, informando Representação Externa de Reginaldo Pujol, nos dias quinze e dezesseis de janeiro do corrente, em reunião com Onyx Lorenzoni, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, em Brasília – DF. Também, foi aprovado requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia três ao dia cinco de fevereiro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, pelo mesmo período, Lino Zinn, informando-o que integraria a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Adeli Sell e Paulinho Motorista, este em tempo cedido por Airto Ferronato. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Adeli Sell, Karen Santos, Mauro Zacher e Ricardo Gomes. Na oportunidade, foi apregoado requerimento de autoria de Cassio Trogildo, Líder da Bancada do PTB, solicitando, nos termos do artigo 218, § 6º, do Regimento, Licença para Tratamento de Saúde para Paulo Brum do dia três ao dia seis de fevereiro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, pelo mesmo período, Comissário Rafão Oliveira, informando-o que integraria a Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Também, foi aprovado requerimento verbal formulado por Cláudio Janta, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Engº Comassetto, em tempo cedido por Adeli Sell, Idenir Cecchim, em tempo cedido por Lourdes Sprenger, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Prof. Alex Fraga, este em tempo cedido por Karen Santos, e Cláudio Janta, em tempo cedido por João Bosco Vaz. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Cláudio Janta. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/19 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 153, 204, 208 e 214/19. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mauro Pinheiro, duas vezes, Lino Zinn, Professor Wambert e Moisés Barboza. Às dezesseis horas e quarenta e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 015/17 (Processo nº 2035/17). Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e quarenta e nove minutos às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos. Foi aprovado requerimento de autoria de Cláudio Conceição, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia três ao dia cinco de fevereiro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Farid Germano Filho, informando-o que integraria a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Na ocasião, foi apregoada declaração firmada por Reginaldo Pujol, Líder da Bancada do DEM, informando o impedimento de Dinho do Grêmio em assumir a vereança do dia três ao dia cinco de fevereiro do corrente. Após, foi apregoado documento firmado por Cláudio Conceição, informando seu retorno ao exercício da vereança no dia três de fevereiro do corrente. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, solicitando alteração na ordem de apreciação de emendas e subemenda apostas ao Projeto de Lei do

Executivo nº 015/17. Foram votadas conjuntamente e rejeitadas as Emendas nºs 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 07, apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 015/17, por trinta e quatro votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Lino Zinn. Foi rejeitado o Projeto de Lei do Executivo nº 015/17, por nove votos SIM e vinte e três votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Idenir Cecchim, Cassio Trogildo, Mauro Pinheiro, Cláudio Janta, Lino Zinn, Airto Ferronato, João Bosco Vaz, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Cassiá Carpes, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta e João Bosco Vaz, tendo votado Sim Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Hamilton Sossmeier, Lino Zinn, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza e Ricardo Gomes e Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Engº Comassetto, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Roberto Robaina. Foram apregoadas Declarações de Voto ao Projeto de Lei do Executivo nº 015/17, firmadas por Comandante Nádia, Lourdes Sprenger, Mendes Ribeiro e Ricardo Gomes. Foi aprovado requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 222/19 (Processo nº 0501/19). Foi apregoado documento firmado por Alvoni Medina, indicando os nomes de Alvoni Medina e José Freitas para exercerem os cargos de Líder e Vice-Líder, respectivamente, da Bancada do REP. Durante a sessão, Mauro Pinheiro, Aldacir Oliboni e Marcelo Sgarbossa manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças de Fernanda Melchionna, deputada federal, e de Mateus Wesp, deputado estadual. Às dezessete horas e cinquenta e três minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Apregoado comunicado firmado pelo Ver. João Carlos Nedel, por meio do qual informa que, no exercício de 2020, exercerá o cargo de líder da bancada do Partido Progressista – PP.

O Ver. Cassio Trogildo, na condição de líder da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para

Tratamento de Saúde para o Ver. Paulo Brum, no período de 30 de janeiro a 2 de fevereiro de 2020. A Mesa declara empossado o Ver. Comissário Rafão, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM.

O Ver. José Freitas solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 30 de janeiro a 1º de fevereiro de 2020.

Apregoo o processo SEI nº 017.00002/2020-44, de autoria deste vereador, que informa que representará esta Casa em reunião com o Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Onyx Lorenzoni, na cidade de Brasília – DF, nos dias 15 e 16 de janeiro de 2020.

O Ver. Felipe Camozzato solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 3 a 5 de fevereiro de 2020. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** A Mesa declara empossado o suplente Lino Zinn, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, visitantes, em especial as cobradoras e cobradores. Na semana passada nós estivemos aqui para mostrar a grandeza da Câmara Municipal de Porto Alegre, mostramos que não é o Sr. Prefeito Municipal que vai tirar férias em Santa Catarina e quer aprovar projetos sem discussão. As senhoras e os senhores verificaram que o secretário da Mesa leu os seis novos projetos somente agora, somente agora! Portanto, na quarta-feira haverá discussão na Pauta sobre estes projetos que queriam votar no afogadilho, na semana passada, em sessões extraordinárias, tentadas várias vezes.

No início de cada ano começam os Grandes Expedientes, as novas Comunicações, e eu, por ordem alfabética, sou o primeiro. Como nós falaremos muito, depois, do projeto de transporte coletivo, de mobilidade, peço licença às senhoras e aos senhores de utilizar o período de Grande Expediente de hoje para aquilo que eu preparei já no semestre passado.

Eu falarei sobre educação. Os jornais desta semana anunciaram uma grande matéria sobre a Polônia, país destruído na 2ª Guerra Mundial e que hoje tem índices de educação de primeiríssimo mundo, disputando com a Finlândia, Singapura e Coreia do Sul. Em 20 anos aquele país apostou na educação, e numa pesquisa realizada os seus índices são totalmente superiores a qualquer dos elementos pesquisados e comparados com a educação brasileira. Eu não vou falar muito da Polônia, porque os senhores e as senhoras podem entrar na internet que vão achar a matéria. Poderão ler em qualquer *site* as conquistas da Coreia do Sul, de Singapura, da Finlândia e outros países. Hoje nós temos que analisar o caos da educação brasileira! Nós temos um ministro que escreve

errado, que não tem domínio absoluto da língua Pátria e fala de Pátria! Uma vergonha! Nós temos que lembrar, hoje, sim, neste ano de 2020, a figura ímpar do baiano de Caetité, Anísio Teixeira. Esse brasileiro de família rica, abonada, fez com que se iniciasse no Brasil o grande processo de educação pública. Foi ele que introduziu no nosso País a escola de tempo integral. Anísio Teixeira, anotem essa figura. Cento e vinte anos de nascimento desse baiano vigoroso, valente, lutador pela educação pública. Dia 12 de julho nós vamos marcar, de novo, com um evento aqui nesta Casa, para lembrar os 120 anos de Anísio Teixeira.

Também queremos lembrar, Pedro Ruas, que está aqui no plenário, os 100 anos do Florestan Fernandes, grande professor, educador deste País. Mas temos que lembrar do Darcy Ribeiro, esta figura ímpar da república brasileira, que, com Anísio Teixeira, de que falei há pouco, começou a construção da Universidade Nacional de Brasília, a UNB, esta figura que conhecia o coração, as raízes, o âmago do povo brasileiro. Preciso lembrar aqui também, apesar dos ataques das *fake news* contra o grande educador Paulo Freire que hoje é o educador mais consultado do mundo em todas as universidades de educação. Brasileiro! Brasileiro! Mas como anda a educação neste País, onde o prefeito aqui retira dinheiro da saúde, da educação, da cultura, para fazer propaganda. Agora, cheguem nas escolas públicas do Município, nós não temos serviço de portaria, não temos serviço de guarda é empresa terceirizada, quando tem. Ou, senão o professor tem que sair voando, às vezes, da sala de aula porque tem um problema na portaria. Como se pode educar, se fecham bibliotecas públicas? A grande parcela de bibliotecas públicas deste Estado, desta cidade em especial, no ensino público do Estado está fechada e não tem bibliotecário profissional. É por isso que agora, no mês de março, no dia do bibliotecário, da bibliotecária nós, nesta Casa, faremos um evento para lembrar a importância do livro. Eu sou filho de agricultores do interior, do interior, de Santa Catarina, pai analfabeto que aprendeu as primeiras letras no Mobral, não havia livros, uma cartilha da minha mãe e um livro em alemão da minha avó. Mas o prefeito da recém-fundada cidade de Cunha Porã, onde eu me criei, colocou todos os seus livros na biblioteca pública do Município, e foi lá que eu aprendi, foi lá que eu peguei gosto e vim para Porto Alegre para me formar em Letras, ser um professor de Literatura porque tinha biblioteca naquele fundo de mundo, naquele fundo de mundo! Quem conhece aquela cidade sabe o quão distante da civilização. Por isso que aqui eu tenho orgulho de substituir a Ver.^a Fernanda Melchionna na Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura. E nós temos trabalhado com a questão da leitura, porque é preciso criar o gosto, é preciso trabalhar o encantamento pela literatura, pelo livro, pela pesquisa, e não ficar falando essas besteiras que são contra ciência, como o terraplanismo e mais outras barbaridades por aí fora. Nós precisamos ter liberdades, liberdade de cátedra significa que o professor é a pessoa essencial no espaço da sala de aula. Nós não queremos policiamento de ideias, nós queremos a pluralidade de ideias, todos os temas; não pode ser estranho uma criança que amanhã enfrentará este mundo caótico do consumerismo, onde a televisão não é nada educativa, porque as TVs educativas, as TVs das universidades estão indo para o beleléu, mas os programas de quinta categoria estão tomando conta, financiados por alguns capitalistas deste País, que

nem deveriam usar essa palavra porque são sonegadores de impostos, mas colocam dinheiro para vender as suas bugigangas da China lá no programa televisão. Esta é questão! Por isso, senhoras e senhores, neste período de Grande Expediente de hoje, que preparei já no semestre passado, não imaginava que teríamos hoje, talvez, a grande votação que teremos aqui. Concluo dizendo que nos comprometemos em defender a cidade de Porto Alegre, defender o trabalho, a dignidade da pessoa humana, como tem que ser feito na sala de aula. Mas também estaremos para defender nas ruas, com as senhoras e os senhores cobradores de ônibus, a dignidade do cobrador e das pessoas que usam o transporte coletivo. Portanto, concluo aqui, sem utilizar os 15 minutos, porque temos outras tarefas pela frente. É com as senhoras e com os senhores, com o povo de Porto Alegre, por mais educação, por bibliotecas abertas, por respeito ao povo, que eu estou nessa Casa e lutarei como sempre lutei. Muito obrigado, senhoras e senhores!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Grande Expediente, por cedência do Ver. Aírto Ferronato.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Boa tarde Presidente Pujol; boa tarde demais vereadores e vereadoras; boa tarde minha classe rodoviária e pessoal dos aplicativos; boa tarde pessoal que nos assiste em casa e pessoal aqui da Casa. Continuo falando sobre a situação do projeto que trata da extinção dos cobradores, assunto que estamos lutando há bastante tempo. Na semana passada, tivemos uma luta para que esse projeto não fosse votado. Eu, como rodoviário, como motorista por 24 anos, como sempre falo, venho sempre a esta tribuna falar sobre a importância dos cobradores para Porto Alegre, para a população, para os motoristas. Sempre digo que nunca, na minha vida, nesses 24 anos de profissão, eu pensei – nem conseguiria – em trabalhar sem o auxílio do cobrador. O cobrador sempre me auxiliava. Agradeço àqueles cobradores que trabalhavam comigo, pois jamais irei esquecer, que me auxiliavam na viagem, durante a minha jornada de trabalho, que já era difícil, com o trânsito bastante caótico, mas eu trabalhava com a parceria do cobrador. Quando chegava ao final do dia, eu sempre agradecia ao cobrador: “Obrigado a ti e a Deus que nos guardou hoje, pois deu tudo certo”. Não é fácil o motorista trabalhar neste nosso trânsito, porque pode acontecer um acidente em qualquer segundo, terminando com o dia, com a semana, com meses para o motorista. Nossos cobradores auxiliam a nossa população. Eu sempre procurava auxiliar, no que eu podia, o passageiro, quem me conhece sabe, mas quem auxiliava mesmo era o cobrador. Quando pediam para descer em algum lugar, em alguma parada, como eu tinha que cuidar do trânsito e como já sou meio esquecido por natureza, sempre pedia para o cobrador auxiliar naquela descida. Quando chegava naquela parada, eu, muitas vezes, já tinha esquecido, mas o cobrador chamava o passageiro para descer, principalmente pessoas idosas. Os cobradores nos auxiliam sempre com as pessoas deficientes, com os cadeirantes, para subir e para

descer, o cobrador sempre auxilia para descer e subir o elevador. Então o cobrador é uma figura que não pode ser extinta, de maneira nenhuma. Quem colocou esse projeto provavelmente nunca andou de ônibus para saber o que acontece dentro dele. É muito fácil falar para quem está de fora, o cara colocar uma caneta e dizer que a partir de tal dia vai ser assim, sem nunca ter enfrentado a situação na prática. Eu tenho propriedade para falar, graças a Deus, me criei dentro do transporte coletivo. Aí vejo vários motoristas e cobradores amigos meus de trecho, de um bate-papo no Centro, de um futebol, do que me orgulho bastante. Por isso luto bastante pela minha classe rodoviária, pela qual jamais vou virar as costas. Tenho o maior carinho por todos e nunca vou dar uma de traíra, esquecer a minha classe em que eu convivi por muitos anos e vou conviver muito ainda junto com vocês. Espero que esse projeto, se for lançado hoje, seja derrotado, para que a nossa classe rodoviária saia daqui hoje feliz. O certo mesmo, como já falei, era o prefeito retirar esse projeto, mas como tem acontecido aqui, como vieram duas sessões extraordinárias em pleno recesso, não creio que ele vá fazer isso; creio que ele vai insistir nessa situação, mas espero que os vereadores votem contrariamente a este projeto, que pensem na classe rodoviária como qualquer outra classe que a gente tem que defender. Uma classe trabalhadora de 3.600 pessoas, ou mais, dentro de Porto Alegre, mais as suas famílias, nesse momento de desemprego total de mais de 12 milhões de pessoas no nosso País, e ele ainda está querendo desempregar mais 3.600 cobradores. Aqui, muitas vezes foi dito que não era assim, que depois teria um curso para continuar na função. Não existe isso! Eu posso dizer, depois de 24 anos trabalhando dentro do sistema, eu afirmo que isso não vai acontecer! Estou vendo vários amigos aí, amigos da madrugada – não é Bala? Beleza? –, meus amigos motoristas e cobradores estão atentos a esta fala, eu fico muito feliz, sempre me emociono quando chego aqui para falar da minha classe rodoviária. E essa situação das 22h às 4h, como foi falado, isso aí é só para poder entrar o projeto; passados alguns dias, vão saindo, um a um. Se o camarada respirar, ele já está na rua. Eu sei disso e posso falar por trabalhar nesse sistema de transporte coletivo por 24 anos. Se eu nunca tivesse trabalhado em ônibus, eu poderia até dizer assim: “Bah, será que vai acontecer ou não?” Mas eu trabalhei e sei como funcionam as coisas. Hoje vai o João, amanhã vai o Pedro, depois o Cláudio e assim por diante; quando se vê não há mais cobradores, como em muitos lugares aí. E em muitos lugares que têm acontecido essas coisas, há cidades que até estão tentando colocar o cobrador de novo. Na Soul mesmo, aconteceu um acidente em que o motorista não viu e arrancou, uma senhora ia descendo, uma fatalidade, duas famílias que se estragaram, tanto a do motorista quanto a dessa senhora que caiu, isso tudo porque não tinha o cobrador para auxiliar, pois o motorista tem que cuidar o trânsito. O motorista tem que cuidar várias coisas, o motorista tem que trabalhar olhando para a rua, para os lados. Eu não posso dirigir olhando para trás. Vocês já imaginaram alguém dirigir olhando para dentro do ônibus, para ver o que é que está acontecendo? Acho que ninguém imaginou porque a maioria aqui dirige o seu carro. O cobrador cuida assédio que está acontecendo lá atrás com as mulheres; cuida assalto que está acontecendo lá atrás, que o motorista não tem como ver, porque tem que cuidar o trânsito, o motorista tem vidas ali para cuidar. Quantas vidas, 170, 180

numa viagem que eu tenho que cuidar, que eu tenho que zelar por aquelas vidas. Então eu tenho que estar atento ao trânsito que está na rua, àquele cara que passa correndo na minha frente, ao cara que me corta a frente, eu não posso cuidar tudo, eu não posso cuidar dentro do transporte coletivo, na hora de descer e subir, eu não sei se já parou de descer ou parou de subir, o cobrador me auxilia se vem alguém correndo. Então, pessoal, eu volto a dizer: vamos dar uma olhada nesse projeto, vamos pensar nessas pessoas que estão trabalhando e vamos pensar na importância do cobrador, porque tenho certeza, tenho falado com a população, e a população, a nossa sociedade, não quer saber dessa retirada, dessa extinção dos cobradores. Muitos me mandaram mensagem a favor dos cobradores porque viajam no dia a dia e sabem o que o cobrador faz além de cobrar a passagem, auxiliando o idoso para descer, para subir. Pessoal, estamos aqui numa tarde em que talvez seja votado este projeto, ainda vão ter muitas falas, mas se Deus quiser, e Deus está conosco aqui, este projeto não vai passar. Não vai passar! E volto a dizer: quero sair de cabeça erguida aqui com a minha classe rodoviária. Pensem, se você estivesse no lugar deles, se fosse ao contrário. Tenho o maior respeito por todos os vereadores porque os vereadores aqui também me respeitam, e isso é importante. Eu não estou aqui, Ver. Cassio, para tumultuar, e também a minha classe rodoviária não está aqui para tumultuar, a gente troca ideia. Mas estou aqui para defender, com certeza, para que este projeto não passe, e peço que vocês deem uma pensada na hora de votar. Já estive em situações aqui também em que na hora de votar eu penso, e eu falo isso porque muitos vereadores também já falaram para que eu pensasse na hora de votar. Vamos dar um presente para nossa classe rodoviária hoje de sair daqui feliz, continuar com seus empregos, porque eles são importantes para a nossa população. Não existe, principalmente dentro de Porto Alegre, onde o trânsito está cada vez pior, o motorista trabalhar sozinho e cuidar o interior do ônibus. Não existe! Não existe, parem para pensar: se o ônibus que leva para o Lami, 1h:40min, 1h:50min de viagem na hora do pico, imaginem sem cobrador? Sem o cobrador me auxiliando, eu estou dirigindo, o ônibus levará 2h:30min, 2h:40min. E eu faço um jogo e aposto com quem quiser fazer essa viagem comigo, de ir da Borges até o fim da linha do Lami, ou do Lami até o fim da linha da Borges sem o cobrador, e vamos ver quanto tempo a gente vai levar para chegar no destino. E o passageiro precisa do horário, porque o passageiro também tem seu horário para chegar no destino; a população precisa daquele horário; os estudantes precisam chegar nos seus colégios no horário certo. Não é assim, vamos chegar quando der, quando chegar, chegou. Não é assim, o passageiro também está sempre ocupado, então importante para ele que a viagem flua, que a viagem não fique trancada no meio do caminho, são muitas paradas. Paradas que a gente para e vão subir 20 pessoas, 30 às vezes no meio do trecho, não no fim da linha. No fim da linha é muito mais. Na parada do Zaffari de Ipanema, cada vez se para ali quantos minutos? Com cobrador pedindo para o passageiro chegar um pouco mais para trás, um pouco mais para o lado, para que outro possa subir e tu tens que esperar, porque o passageiro é prioridade, tem que deixar a porta aberta até que suba todo mundo. Ali já se perdeu um tempo e o passageiro que está sentado, também está perdendo tempo. Então pessoal, vamos pensar, vamos derrotar esse projeto. Amanhã ou depois já trocou este governo, que todos trocam, até

nós mesmos podemos. No ano que vem eu posso não estar aqui, mas saio de cabeça tranquila, porque lutei pela minha classe, lutei pelo povo e procuro sempre votar aqui de maneira que não prejudique principalmente o povo trabalhador, o povo mais pobre.

Pessoal, vamos dar um apoio para nossos cobradores hoje. Estou aqui falando como todo mundo tem o direito de vir aqui e falar, com todo respeito, mas vamos derrotar este projeto hoje. Vamos derrotar este projeto hoje, porque o ano que vem, quando trocar o governo, a gente vai estar tranquilo, porque a gente não tirou uma classe, não derrotou uma classe, não extinguímos uma classe, a classe dos cobradores. Pensem bem: o motorista precisa do cobrador, a população precisa do cobrador, a população precisa do cobrador, o passageiro não vai ter como fazer uma viagem tranquila, uma viagem segura sem que exista um cobrador para auxiliar, para olhar para trás, para ver o que que está acontecendo lá dentro do transporte coletivo. Bosco, vamos seguir juntos, se Deus quiser a gente sairá com a vitória hoje. Não estou tentando derrubar ninguém, estou tentando deixar minha classe rodoviária seguir em paz, no zero a zero. Somos todos cobradores!

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): ...Muito obrigado, Presidente Pujol. Pessoal, mais uma vez peço o apoio de todos, vamos derrotar este projeto e deixar nossos cobradores seguirem em frente, trabalhando para auxiliar as suas famílias que estão em casa pensando: “O que será de amanhã?” Pessoal, estamos juntos; Deus nos ajude e que dê tudo certo! Amém.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo do nosso Presidente da Casa, Ver. Reginaldo Pujol; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão, de modo especial os cobradores, os rodoviários que estão aqui nesta tarde, os motoristas da Uber, dos aplicativos – bem-vindos à Casa do Povo. Os senhores estão lembrados que no período próximo ao Natal o Prefeito Municipal queria dar um presente de grego: queria demitir 3.600 cobradores. Não conseguiu, naquele momento, a façanha de dar esse presente grego. Pois ele continua na mesma pauta, por isso o projeto de vocês é o primeiro hoje e está em regime de urgência. Nas sessões extraordinárias, tentadas pelo governo e aceita pelo nosso Presidente por uma questão regimental, o governo também tentava, junto com este, um pacote de maldades, e eu diria que alguns deles inconstitucionais, que alvoroçou a sociedade porto-alegrense imaginando que isto que ele manda para cá seja uma verdade; ele está vendendo de

novo para a sociedade porto-alegrense uma das maiores mentiras que podiam surgir numa gestão municipal. Ou os senhores acham que vai passar o projeto de lei que vai taxar o cidadão que não é porto-alegrense em R\$ 4,70? Ou os senhores acham que o governo vai conseguir taxar os R\$ 0,48 a cada quilômetro rodado pelos aplicativos? Ou os senhores e as senhoras acham que ele vai de fato baixar o valor da passagem? Isto é uma grande mentira! Se ele quisesse baixar a passagem, colegas vereadores e vereadoras – e eu falo aqui pelo PSOL, falo aqui pelo PT –, ele já tinha baixado quando ele se negou a cumprir uma lei judicial de voltar a segunda passagem, porque o governo perdeu na justiça, e até hoje ele concorda com os empresários e coloca o sacrifício na população. Ele teria baixado quando tirou a isenção dos idosos de 60 a 65 anos; não baixou. Ele teria baixado a passagem quando tirou os impostos federais, estaduais e municipais para esses que têm hoje as concessionárias. Pois agora, agora, quando eles pedem um reajuste de mais de R\$ 0,70, levando a passagem de R\$ 4,70 para R\$ 5,20, o prefeito entrou num desespero, porque se com R\$ 4,70 já é a mais cara do País, o que dirão os brasileiros ou os porto-alegrenses indo para R\$ 5,10 ou R\$ 5,20? O prefeito entra no desespero e transfere para a Câmara a responsabilidade, para dizer à sociedade que a Câmara não quis votar, que a Câmara não aceitou. O que nós queremos é que o prefeito olhe para si mesmo, para a sua gestão, e pare de gastar recurso em consultorias, pare de gastar R\$ 34 milhões em publicidade, pare de jogar dinheiro público fora. Isso é um desmerecimento pela cidade que está abandonada; essa é que é a verdade. Usar, na véspera do Natal, numa sessão que, eu diria, foi um golpe contra os trabalhadores, contra muita gente, principalmente da saúde, para aprovar um projeto inconstitucional, e depois passaram a demitir a maior parte desses trabalhadores. Para fazer o quê? Para entregar a saúde à iniciativa privada, terceirizando algo que é humano, que é salutar, que é fundamental como atribuição do poder público, abrindo as portas dos hospitais, dos prontos atendimentos e dos postos de saúde, porque eles são cem por cento SUS.

O governo vende, ele só fala em vender, ou seja, terceirizar, abrir concessões, privatizar. Nós não estamos aqui para concordar com essas barbaridades! Nós estamos aqui para dizer que não concordamos com essa façanha desesperada querendo onerar mais uma vez a população aos custos da entrega do poder público à iniciativa privada. Não, Marchezan! Fora, Marchezan! Não, Marchezan! Fora, Marchezan!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, senhoras e senhores, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, dos vereadores Marcelo Sgarbossa, Engº Comassetto, Aldacir Oliboni e este vereador, quero aqui, mais uma vez, reiterar nosso compromisso total, absoluto e sem vacilação de defender a categoria das cobradoras e dos cobradores, não só aqui, na rua, em qualquer lugar, inclusive nos

debates midiáticos, principalmente neles, porque eles ecoam por todo o Estado. Essa história de tirar os cobradores, primeiro, num determinado espaço da noite... Nós sabemos que, quando se falqueja o mais duro pau de angico, quando entra a machadinha, a segunda entra mais. A dureza, a capacidade de organização dessa categoria é um cerne de angico, mas não pode se deixar falquejar, tirar um pedacinho. Tirou um pedaço, a segunda falquejada será maior, será mais dolorida! E depois disso não segura mais, ninguém segura mais. O Brasil, o Rio Grande do Sul e Porto Alegre em especial tem um sistema de transporte público caótico! Nós pagamos as maiores tarifas do País, com ônibus que dias atrás cai uma porta; a culpa é das empresas que não cuidam dos ônibus. O cobrador – já disse e repito aqui –, com sua sensibilidade de pessoa, fica horas e horas ali no ônibus, conhece as pessoas, sabe do sofrimento das pessoas que ficam lá na ponta do Cantagalo, ou lá no Recanto do Sabiá, na ponta da cidade, do Norte e do Sul, para pegar um ônibus. As baldeações, tem gente que trabalha de madrugada, precisa ter segurança nos ônibus; tem gente que não escolhe horário, não pode ficar em casa trabalhando, remotamente, num computador, porque tem que fazer limpeza, tem que trabalhar, tem que juntar massa para construir um edifício! É o povo quem pega ônibus! Porque tem outros que se contentam com seu carro luxuoso, fecham o vidro, e lá vão eles. Aí ficam se queixando que o trânsito está lento; está lento porque a Prefeitura não dá o devido valor ao transporte coletivo de passageiros, e não adianta ficar choramingando que está perdendo passageiros, porque este é um processo de falta de planejamento de mobilidade urbana. E tem mais: não se discute as coisas apenas em Porto Alegre, mas em toda Região Metropolitana. Portanto, cobradoras e cobradores, unamo-nos a toda Região Metropolitana. Cobradores e motoristas, cobradores e povo, juntos para derrotar, nesta tarde, que será memorável, o 3 de fevereiro de 2020, porque nós vamos derrotar esta proposta que não cuida da dignidade da pessoa humana, que pensa apenas nos seus interesses eleitoreiros. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente, saudar a categoria das trabalhadoras e dos trabalhadores rodoviários que estão em mobilização ainda e que estão passando com a gente esse sufoco que é barrar esse projeto sem pé nem cabeça que a Prefeitura teima em colocar goela abaixo desta Câmara de Vereadores; saudar também os trabalhadores dos aplicativos que estão se somando também a essa disputa que está em aberto, de que tipo de transporte público a gente quer para nossa cidade, que tipo de serviço a gente quer oferecer para os nossos usuários, quais são as condições de trabalho que estão sendo colocadas hoje para esses trabalhadores e trabalhadoras que trabalham com a mobilidade urbana. Tudo isso é motivo de questionamento, inclusive seria muito importante se a gente tivesse tido a oportunidade de uma audiência pública conjunta para pensar todo esse pacote de

maldades que o Marchezan quer colocar aqui para a Câmara. Muito interessante, a TV e o rádio colocaram como um projeto revolucionário para o transporte público. Eu acho que são questões importantes que nós temos que discutir: o 99, o Uber, o que são essas multinacionais que se colocam dentro dos países de forma parasita e não deixam nada, eles só exploram a nossa força de trabalho e ainda ficam com 30, 20, 10% daquilo que a gente produz. Temos que pensar, sim, um projeto de mobilidade em que a gente consiga colocar ali dentro a discussão dos aplicativos, dessas multinacionais que vêm para países periféricos que nem o nosso superexplorar ainda mais a nossa força de trabalho.

Mas vindo aqui para a questão específica que a gente está discutindo hoje, o debate do transporte, a solidariedade que a gente tem que dar para os rodoviários, hoje e quarta-feira ocorrerão duas reuniões com o movimento estudantil secundarista e o movimento estudantil universitário, é importante a gente se solidarizar com o que vocês estão fazendo. Se não fosse a mobilização, com certeza esse projeto já teria passado, como vários projetos do Executivo que foram passados aqui dentro da Câmara porque não tiveram engajamento, não teve disputa da opinião pública. Então, primeiramente, dizer que a mobilização de vocês é que está permitindo a gente entrar no ano de 2020 resistindo a esse projeto, e também a importância dos estudantes, dos desempregados, dos demais trabalhadores que necessitam de um transporte público ter a solidariedade ativa com que está acontecendo. Galera, nós é que usamos o transporte público e boa parte dos vereadores que estão aqui, se não forem reeleitos, vão continuar utilizando seus carros. Quem sai daqui e tem de continuar usando transporte, ou trabalhando no transporte, tal qual o Ver. Paulinho Motorista, é a minoria. A gente está numa Câmara de Vereadores que vota diversos projetos em relação à educação pública, em relação ao SUS, em relação ao transporte coletivo e não são usuários desses transportes. Então, que precarize, que venda, que sucateie, não vai bater no bolso deles, bem pelo contrário, eles querem mais que precarizem para depois abrir para iniciativa privada. O que está acontecendo com relação ao transporte público da cidade é uma vergonha, a gente não tem acesso às planilhas orçamentárias, pessoal, como é que a gente quer fazer o aumento da passagem sem ter noção de quanto a gente tem hoje previsto no caixa? A gente está descumprindo edital, a gente está descumprindo lei municipal, a gente não tem condições, hoje, de votar este aumento sem saber quanto as empresas estão recebendo em publicidade. As multas previstas no edital estão sendo cumpridas? Eu acessei o DOPA na semana passada, depois de três anos sem bater as metas de qualidade, foram cumpridas três multas no valor de R\$ 2 milhões. Essas multas deveriam ter ido para um fundo, um fundo que seria revertido para a mobilidade urbana, pergunto: esse fundo existe? Deveria existir, porque tem que lei municipal que coloca a isenção de ISSQN e a contrapartida seria um fundo, e esse fundo hoje não existe. Então a gente não tem a mínima noção de qual é o rombo hoje no transporte público. É tudo um blefe desses empresários que estão aí, que não tem compromisso nenhum em garantir um ônibus de qualidade para nós, menos ainda condições de trabalho acessíveis para vocês que trabalham nisso. A gente tem que ter noção de quem a gente brincando. E o Marchezan, de uma forma muito morosa, passando o pano para esses empresários e querendo colocar nas nossas costas mais um aumento da passagem. Isso é vaca amarela,

todo mundo sabe que tem um furo hoje nas planilhas orçamentárias e ninguém fala disso, e a gente precisa debater sobre isso também. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Caro Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, quero cumprimentá-lo desta tribuna porque ainda não tinha tido a oportunidade de cumprimentar Vossa Excelência, que tenha sucesso e conduza os trabalhos da nossa Casa com sua experiência de longos anos; meus cumprimentos. Estive infelizmente ausente na sua posse, mas faço de público o reconhecimento e o desejo de sucesso. Eu escrevi um artigo, meus amigos, na semana passada, quando fomos convocados pelo prefeito, na verdade, pela Câmara, para que fizéssemos uma sessão extraordinária para enfrentarmos sete projetos que dizem respeito ao transporte público da cidade. Todos nós sabemos os desafios impostos às grandes cidades para poder oferecer um serviço de qualidade. Viemos aqui reconhecer que o nosso transporte público tem caído ao longo dos anos. Fiz uma citação que, na verdade, usei a citação de um outro economista, chamado Paul Krugman, um americano, progressista, num desses debates difíceis que estamos vivendo na atualidade de muitas *fake news*, ele diz que usamos a sinceridade para enfrentar a desonestidade. Foi isso que nós vivemos na semana passada. Primeiro, pelo número de projetos que chegaram a esta Casa, para que enfrentássemos, em 48 horas, sem nenhum tipo de estudo técnico de viabilidade para analisar todos os projetos que foram apresentados. A proposta do governo em taxar os aplicativos, criar um pedágio para cidade ou transferir, criando uma taxa aos empresários, aos funcionários que têm carteira assinada, tudo isso, para que nós pudéssemos enfrentar e analisar, Ver.^a Nádia, que escuta atentamente, precisamos de estudos técnicos, não só do ponto de vista econômico, mas também da legalidade. Isso, em 48 horas, seria inviável para que qualquer um de nós, vereadores, pudéssemos enfrentar com a necessidade, com a compreensão do que estávamos enfrentando. Então, quer dizer que a mudança e a proposta do governo são bastante heterodoxas daquilo em que vivemos ao longo dos últimos anos na cidade. Necessita, sim, estudos com base técnica para que possamos fazer um belo debate.

A segunda questão é de que todos nós fomos chamados para uma sessão extraordinária, quero aqui registrar o desrespeito do prefeito Marchezan conosco que todos nós deixamos de cumprir nossas agendas, seja ela no recesso político, momento em que podemos reconstruir a nossa base, reconstruir contatos ou muitos usam o recesso também para ser o seu descanso necessário para recarregar as baterias e enfrentar o ano difícil que teremos pela frente. Mas o fato é, enquanto fomos convocados no recesso, o prefeito Marchezan não comunica à Casa, como determina Lei Orgânica do Município, ou que transmita o cargo, porque não pode haver a vacância do cargo nesse período, ele saiu numa sexta-feira e só retornou na outra sexta-feira, dia

31 de janeiro – esse prazo é maior do que o prazo que a Lei Orgânica do Município permite. O prefeito, pelos jornais, pela mídia, justificou que passou – ele e a família – por uma questão de saúde, e acabou não explicando o que realmente aconteceu. O fato é que eu publiquei isto: foi um desrespeito à Câmara de Vereadores que foi convocada para uma sessão extraordinária, o prefeito não estava aqui, não passou o cargo para o vice-prefeito, não comunicou à Câmara de Vereadores e nós estávamos aqui sendo cobrados diariamente pela mídia, que está presente aqui, por jornalistas, os quais são formadores de opinião da cidade, dizendo que a Câmara estava se negando a debruçar diante dos projetos.

Então, eu quero dizer que o prefeito deve uma explicação, uma visita a esta Casa. Se não for uma visita, que seja uma convocação para explicar por que ele não comunicou à Casa, por que ele não passou o seu cargo ao vice-prefeito, porque nós estávamos aqui – todos nós convocados no recesso – justamente para enfrentar os projetos. Eu tenho certeza – imagino isso – que o prefeito trataria e seria o maior responsável pela intenção de enfrentarmos isso. Então, nós merecemos uma explicação sobre o desrespeito que o prefeito Marchezan teve com a Câmara de Vereadores. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, gostaria de saudá-lo nesta primeira sessão ordinária deste ano de 2020; saúdo também os colegas vereadores e vereadoras, público que vem a esta Casa, os servidores e toda a audiência que nos acompanha pelas redes sociais e pela TVCâmara. Sr. Presidente, aconteceu algo em dezembro desse ano que terminou, em 2019, de muita gravidade e que não encontrou eco na Câmara porque estávamos em recesso. Eu reputo o que ocorreu como um fato da maior gravidade. O que houve? No dia 09 de dezembro de 2019, foi concluído e publicado o resultado da licitação de publicidade do Município de Porto Alegre. No dia 10 de dezembro, foi assinado o documento do contrato que só foi dado por assinado no dia 13 de dezembro, no Diário Oficial do Município. Atenção: no dia 10, esse contrato, em papel, estava assinado; não foi publicada assinatura. No dia 11 de dezembro, nós votamos, nesta Casa, o projeto de lei que autorizou o crédito, tomada de empréstimo, portanto, para pagar o décimo terceiro salário dos servidores do Município, no dia 11. No dia 13, a Prefeitura publica o contrato de publicidade, uma sexta-feira, em tempo recorde, para qualquer ato desta administração. Na segunda-feira, dia 16 de dezembro, entra no ar uma campanha de publicidade com o empenho de, nada

mais, nada menos, do que R\$ 22,960 milhões empenhados pela Prefeitura no dia 13, dois dias depois de nós aqui autorizarmos a Prefeitura a tomar um empréstimo para pagar o décimo terceiro salário dos servidores; dois dias depois, o empenho de R\$ 22 milhões para publicidade. Ora! Se havia em caixa R\$ 22 milhões que usasse esse recurso para abater parte do décimo terceiro salário, e não pagar juros com o dinheiro do povo sobre os R\$ 22 milhões para tomar um empréstimo para o décimo terceiro salário. Isso é uma decisão de administração Marchezan que causou, claro, prejuízo ao erário. Não só isso como o contrato assinado diz que todas as peças deveriam ser expressamente autorizadas, cláusula 4.2 do contrato, e já o contrato assinado no dia 13, sexta-feira, no dia 14 houve seminário de governo com peças impressas. Ora, será que da assinatura do contrato, no dia 13, deu tempo de tramitar todo o processo, de fazer as autorizações por escrito através do SEI, levar à gráfica, pagar a gráfica e imprimir o material para o dia 14? Não só isso, mas também desses R\$ 22 milhões foram feitos *outdoors* na cidade de Brasília, anúncios em jornais da grande São Paulo, no jornal O Estado de São Paulo, no jornal Valor Econômico dizendo “As reformas que o Brasil quer Porto Alegre já fez”. Um ato que – disse o Judiciário – não é informativo, não é educativo, é apenas propaganda de gestão. E não só isso, como o artigo 125, parágrafo 2º da Lei Orgânica é claro, cristalino, quando diz: “ficam proibidas a publicidade e a propaganda de órgão da administração direta e indireta fora do município, seja qual for o objetivo, exceto aqueles referentes à atividade turística”. Pergunto: as reformas que esta Câmara votou trarão turistas para Porto Alegre? Eu posso apostar que em breve a administração arguirá que há, na verdade, uma grande intenção de captação turística. Darão um jeito de distorcer os fatos, a ponto de dizer que o que é mera propaganda política, eleitoreira, na verdade era para atrair turistas para Porto Alegre. Marchezan fez as reformas e por isso choverão turistas na cidade. Acredito que nem no Paço Municipal se acredite nessa mentira. Então, senhoras e senhores, temos aqui os editais, as publicações e a decisão judicial que disse claramente que essa propaganda é eleitoreira e, portanto, tanta correria para aprovar no fim do ano R\$ 22 milhões para fazer publicidade da gestão Marchezan com o dinheiro dos impostos dos porto-alegrenses que, ainda por cima, vão pagar os juros do empréstimo para tapar o buraco que a propaganda deixou. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo, na condição de líder da bancada do PTB, e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Paulo Brum no período de 03 a 06 de fevereiro de 2020. A Mesa declara empossado o suplente Comissário Rafão Oliveira, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

Registro a presença da ilustre deputada federal Fernanda Melchionna, nossa ex-colega, que nos honra com sua presença no dia de hoje. Segundo informações do Ver. Marcelo Sgarbossa, a deputada aniversariou no dia de ontem. Parabéns em dobro. Alegria em vê-la.

Registro ainda a presença do deputado estadual Mateus Wesp, líder do Partido Social Democrático Brasileiro na Assembleia Legislativa do Estado, que nos dá a honra de sua presença.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Adeli Sell.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezado Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; prezados colegas vereadores e vereadoras, prezados trabalhadores do transporte público de Porto Alegre aqui presentes, sejam bem-vindos. Quero agradecer aqui ao nosso líder, Ver. Adeli Sell, pela cedência do seu tempo, para tratar um tema que já é muito sabido na cidade de Porto Alegre da nossa postura e da nossa posição referente ao pacote do Prefeito Marchezan, que é um pacote que apresenta aqui neste momento e que, na nossa avaliação, Ver. Cecchim, é um pacote que desqualifica a cidade de Porto Alegre. Começamos aqui a analisar aquele mesmo tema que encerramos no ano passado. E eu dizia aqui, antes, nos dias 22 e 23 de dezembro: qual seria a consciência daqueles que votassem pela demissão de 3.600 trabalhadores do transporte público de Porto Alegre? Não poderiam passar um Natal e um Ano Novo de consciência tranquila se assim a tivessem! Nós iniciamos o ano hoje, o ano letivo, com o mesmo tema vindo a debate. E aí gostaria de lembrar aqui, Ver. Mauro Zacher e todos os colegas, que naquele mesmo dia, Ver.^a Lourdes, na calada da noite, convocaram uma sessão extraordinária, Ver.^a Mônica, a senhora ainda era Presidente e não estava aqui, e retiraram a urgência desse projeto. Se retiraram a urgência nos dias 17 e 18 e 19 de dezembro, por que voltou a urgência agora? Será que alguém sabe explicar isto? Mas eu gostaria de dizer aqui também, que não tiveram a mesma sorte os trabalhadores da saúde pública do IMESF, e que, na virada do ano, 1.860 trabalhadores e suas famílias ficaram sem trabalho, ficaram sem emprego, foram demitidos. Será que é esta a política que nós queremos para Porto Alegre? Hoje aqui estão outros trabalhadores: dos aplicativos, taxistas e assim por diante. Nós queremos, sim, discutir um plano de mobilidade urbana para Porto Alegre, mas um plano de mobilidade urbana, vereadores e prefeito Marchezan, tem que começar aplicando a Lei nº 12.557, que é a lei nacional da mobilidade urbana, que diz o quê? Quem tem que controlar o caixa da bilhetagem eletrônica é a Prefeitura de Porto Alegre e não as empresas de ônibus. Onde está a aplicação dessa lei? Nós queremos saber onde está sendo aplicado o dinheiro que entra - que é vendido para publicação - nos ônibus, que transporta vocês todos, dia a dia, por toda a cidade, fazendo propaganda. Esse dinheiro reverte para baixar a tarifa? Não! Não

reverte para baixar a tarifa. E o lucro da aplicação dos recursos da bilhetagem eletrônica, de mais de 1,2 milhão de passagens diárias? Para onde vai esse lucro? Queremos saber essa resposta.

Discutir mobilidade urbana é discutir a integração de Porto Alegre na Região Metropolitana. Como é que se faz com os ônibus metropolitanos integrados aos ônibus urbanos de Porto Alegre? Como é que se faz o transporte público integrado ao Trensurb? Como é que se faz na periferia para levar os passageiros dos bairros mais distantes até os eixos estruturadores? Como é que se faz para integrar os táxis-lotação, os aplicativos e os táxis numa mesma modelagem de sistema que se complementa? Não é dessa maneira, Ver.^a Mônica, de uma forma arrogante e autoritária, dizendo que a cidade tem que aceitar. Eu quero dizer para vocês que nós já votamos aqui muitas vezes. Quando a presidenta Dilma foi presidente da República, retirou o pagamento dos impostos do transporte público para baixar a passagem. Baixou a passagem em Porto Alegre? Para onde foram os subsídios desses impostos? Caíram no bolso das empresas; não vieram para baixar a passagem ou subsidiar a passagem do transporte público de Porto Alegre. Assim como esse exemplo, temos muitos outros. Nós queremos abrir esse baú, essa caixa de Pandora que é a política do transporte público de Porto Alegre. Quero dizer que há 20 anos era uma tecnologia, hoje é outra; o gasto do pneu era um, hoje é outro. Portanto, senhores trabalhadores, se depender de nós, vocês continuarão com os seus empregos. Não à demissão!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações, por cedência da Ver.^a Lourdes Sprenger.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, eu sei que o assunto hoje é desses projetos que estão para serem votados, mas eu queria pedir licença para falar de uma coisa importante que aconteceu nesse final de semana. Na sexta-feira ocorreu o aniversário de uma grande figura desta nação; na sexta-feira o senador Pedro Simon completou 90 anos de idade. Parece uma data normal, e eu acho que é normal para quem se cuida, para quem tem a bênção de Deus de durar até os 90 anos, mas essa data, quando o senador Pedro Simon, que já foi nosso governador, que foi deputado estadual, que foi líder, por muitos anos, e continua nosso Líder no MDB, faz 90 anos sem ter uma mancha sequer no seu currículo; nos dias de hoje parece pouco. Não! Nos dias de hoje parece muito. O senador Pedro Simon, Ver.^a Mônica Leal, que foi colega do seu pai na Assembleia – foram adversários, mas sempre respeitosos. Quando foi chamado para se juntar ao Rio Grande, situação e oposição, para trazer o Polo Petroquímico para o Rio Grande do Sul, estava lá o Pedro Simon, junto com a situação, junto com o governo, que não era o dele, para trazer para o Rio Grande os benefícios – que até hoje estamos tendo – do Polo Petroquímico. Nesse aniversário, figuras de todos os partidos foram até Capão da Canoa para levar um abraço ao ícone da moralidade. Lá estive o PDT com toda a sua direção, lá estive o PP,

lá esteve o PSB, vi gente do PT lá também abraçando o Simon, de todos os partidos, pelo respeito que todos têm por uma figura que passou pela vida pública sem ter nenhuma mancha, sempre fazendo o bem, sempre dialogando para que o Rio Grande do Sul ganhasse, para que a população ganhasse. Então eu não poderia deixar de, neste tempo que a Ver.^a Lourdes me concede, exaltar, mais uma vez, e comemorar esse aniversário. Não são apenas 90 anos do Pedro Simon, são 90 anos de uma vida limpa, ilibada e voltada para o bem público. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu quero cumprimentar o orador, o Ver. Idenir Cecchim. Nunca fui correligionário do senador Pedro Simon, nunca fui seu eleitor, mas tenho por ele muito respeito, muita admiração pela sua coerência na vida pública e pelo belo trabalho que fez como senador da República.

O Ver. Cassiá Carpes está com palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Ver. Pujol, Presidente da Casa, no começo deste ano legislativo, quero dizer que hoje sim é o dia ideal para começarmos a discutir, não naquela quinta-feira e sexta-feira, quando o Prefeito foi para praia; lá não. Aquilo foi um deboche com esta Casa. O nosso Presidente teve paciência, deu todos os trâmites legais, tentou com lideranças, com a maioria da Casa, e não conseguiu. Porque ninguém ia suportar a falta de diálogo de um Prefeito que se isolou no Paço Municipal e não dialoga mais com o Legislativo. A prova está da frequência do Legislativo, que aquela publicidade do IPTU, quando foram pagos mais de R\$ 34 milhões, foi quando nós estávamos de recesso, se aproveitou do recesso. Inclusive, esta Casa tem que tomar uma providência, fazer uma lei no sentido de que o aumento do IPTU e a publicidade entrem em vigor quando nós estamos em plenário, para haver repercussão! A democracia é para haver repercussão! Negativa ou boa. Ele se aproveitou do momento e aquilo me doía, quando eu estava fora daqui e não podia me expressar com relação àquela barbaridade que o Prefeito estava falando e pagando R\$ 34 milhões. Aí, para tentar massificar, pressionar esta Casa, nos últimos dias, quinta e sexta, manda um pacote para cá. Eu quero saudar aqui os cobradores, estamos juntos desde o começo, porque esse Prefeito que não dialoga não pode mudar essas questões. Se ele não dialoga, ele vai dar um golpe em nós e em vocês.

A convocação extraordinária foi uma vergonha. Aí manda um pacote onde queria também isolar Porto Alegre; fazer de Porto Alegre uma ilha! Houve uma revolta geral das cidades vizinhas, que também já queriam fazer o seu pedágio comunitário, etc.

Prefeito que está perdido, Prefeito que só quer administrar no último ano, com o dinheiro do povo! Por três anos e ele não administrou, só brigou, não teve diálogo! Quebrou as secretarias, DEP, DMAE, SMOV, tudo liquidado! Presidente Pujol, eu tenho paciência, mas paciência tem limite.

Quero aproveitar meus minutos finais para falar ao Presidente Pujol que este é o momento desta Câmara, com a sua maioria, administrar a cidade, porque esse

prefeito não vai administrar a nossa cidade. Nós temos que fazer uma maioria aqui e tocar aqueles projetos que são do interesse da sociedade porto-alegrense. Conte com este vereador, porque não dá para aturar vereadores trocando de posição em dia de votação! Isso não pode acontecer! Não existe troca por um dia, isso é lamentável! Ou favorece este ou aquele lado. Presidente, conte conosco para fazer um diálogo por Porto Alegre, para nós votarmos aqui nesta Casa todos os projetos que são de interesse da sociedade e não mais do prefeito. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde nosso Presidente Reginaldo Pujol, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha aqui pela TVCâmara e também nas galerias; nós estivemos aqui já na quinta-feira e na sexta-feira, neste plenário, numa convocação extraordinária, mas como não houve quórum, Ver.^a Mônica, é a primeira vez que nós temos oportunidade de usar a tribuna neste ano de 2020. Eu gostaria de começar minha fala em período de Comunicações, primeiramente, cumprimentando o nosso querido Ver. Reginaldo Pujol, nosso presidente, nosso decano que, por nove mandatos, está aqui servindo a cidade de Porto Alegre e que não poderia, Ver. Reginaldo Pujol, deixar de nesta minha primeira fala em 2020, primeiro, lhe desejar muita serenidade, muita tranquilidade, muita luz, muita paz na condução deste nosso ano Legislativo. Cumprimento o Ver. Reginaldo Pujol e estendo esse cumprimento a todos os demais membros da Mesa Diretora que o estarão acompanhando neste ano de 2020. Não sou adepto a dar conselhos, mas já comentei para o Ver. Reginaldo Pujol que a presidência tem momentos de muitas felicidades, Ver. Ricardo Gomes, mas também tem momentos de completo isolamento, completa solidão e de decisão individual, porque, por incrível que pareça, essa Mesa afasta muito o Presidente do conjunto do plenário. Mas tenho certeza de que, do alto da sua sabedoria, o Ver. Reginaldo Pujol saberá nos conduzir durante este ano legislativo, da forma que já fez na quinta e na sexta-feira, nos primeiros momentos deste ano, momentos difíceis que já tivemos que atravessar.

Neste período de Comunicações, eu queria aproveitar também para desejar para todos os colegas um ano muito produtivo, um ano, Ver.^a Cláudia Araújo, de muitas realizações. Eu costumo dizer que o Executivo tem no seu nome executar; o Executivo é eleito para executar, Ver. João Bosco Vaz, só que para ser prefeito, governador e presidente precisa 50% mais um dos votos dos eleitores para governar por quatro anos. É nos parlamentos, Ver. Ricardo Gomes, que está a representação do conjunto da sociedade, aqui estão representados todos os votos de todos os eleitores que compareceram nas eleições em 2016 e votaram para vereador, é por isso que nesta Casa, Ver.^a Comandante Nádia, existem posições divergentes. Parlamento, Ver. Adeli, significa falar, falar, debater, discutir – são atribuições constitucionais dos

parlamentos, além de legislar, discutir, Ver. Paulinho, e fiscalizar – são as atribuições que todos nós, quando assumimos, não só aqui na Câmara Municipal. A Ver.^a Fernanda que nos visita, hoje deputada federal, quando assumiu lá em Brasília, fez um juramento de, no mínimo, debater, discutir, legislar e fiscalizar. E quando as leis chegam aqui nesta Casa, os vereadores têm a oportunidade, Ver. Alvoni e Ver. José Freitas - os republicanos -, de cumprir as três atribuições que a Constituição determina para o Parlamento: podem emendar, então estão legislando; devem debater os projetos, discutí-los da tribuna, e também têm, depois, a prerrogativa de fiscalizar. Eu não poderia, nesses segundos finais que aqui me restam, deixar de agradecer a convivência com os rodoviários de Porto Alegre, que há muito tempo nos acompanham aqui, estão aqui por interesse da sua categoria e vão ter um resultado, vereador-líder do governo, Mauro Pinheiro, em relação ao projeto que é de seu interesse, em breve. Eu esperava até que pudesse ser hoje; de nossa parte até pode. Não sei se conseguiremos, Ver. Mauro Zacher. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Karen Santos.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, recomeçando os nossos trabalhos legislativos, já que na semana passada tivemos uma convocação especial que interrompeu o recesso desta Casa Legislativa para que a Câmara se reunisse e discutisse projetos que o “reizinho” de Porto Alegre queria, que são projetos que atacam diretamente todos os cidadãos desta cidade: os cobradores, as pessoas que moram na Região Metropolitana e que se deslocam todos os dias para trabalhar na capital dos gaúchos – projetos nocivos à cidade. A maioria desses projetos – para os quais fomos convocados a semana passada para discutir e votar – não estão aptos para votação, há um projeto que está na iminência de vir para plenário, porque já havia aberto votação anteriormente e já tem votação de emendas, que é o projeto que visa acabar com a carreira dos cobradores da nossa cidade; portanto, neste momento, vou me ater à fala justamente sobre esse aspecto.

Eu gostaria de agradecer à Ver.^a Karen Santos por gentilmente me ceder este espaço em período de Comunicação para fazer alguns esclarecimentos. Senhoras e senhores, o prefeito desta cidade deveria se ater ao trabalho que tem...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Vereador Reginaldo Pujol, eu peço que interrompa o meu tempo até ser estabelecida a ordem.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Peço a colaboração de todos, pois há um vereador na tribuna. Eu vou lhe conceder mais um minuto pela perda de tempo que teve.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. O prefeito desta cidade, desde o início do seu governo, se ausentou dos seus deveres de controlador e administrador desta cidade. Quem está coordenando o sistema público de transporte é a Associação dos Transportadores de Passageiros. Quem fiscaliza as recargas do cartão Tri são as empresas de ônibus que operam o sistema. Isso é uma vergonha, porque é o administrador desta cidade, o prefeito, a Empresa Pública de Transporte e Circulação que têm essa responsabilidade, de acordo com a lei; mas nunca o prefeito e os seus assessores moveram uma palha para fiscalizar o que está acontecendo no transporte público de Porto Alegre – uma palha! Por exemplo, as recargas de cartão Tri, de passagens escolares e vale-transporte são recargas antecipadas, que o indivíduo coloca um montante de recursos, o montante de dinheiro de 50, 100, 150 passagens, e todo esse valor é recolhido imediatamente pela ATP - que pode investir, pode jogar com esse dinheiro, que pode aplicar esse dinheiro. Esse recurso deveria ser gerenciado pela Prefeitura de Porto Alegre e não pelos donos do sistema, não pela ATP! Portanto, os lucros dessas operações financeiras com o pagamento antecipado das passagens é abrir mão de receita! Isso é crime de responsabilidade fiscal! Esse rapaz e os seus assessores estão abrindo mão de recursos públicos; e a Prefeitura o tem feito por anos! Quem manda nesta cidade? É esta Casa Legislativa, o prefeito, os secretários ou os donos do sistema de transporte público? Ao que parece, é a ATP! Ao que parece, a ATP pressiona o prefeito que propõe uma série de projetos absurdos para sangrar o bolso do porto-alegrense, para sangrar o bolso do contribuinte, para desempregar trabalhadores. É isso o que nos tem sido demonstrado por este governo vergonhoso.

Outra coisa: a publicidade do *busdoor*. Quem é que gerencia os recursos de publicidade do *busdoor*? Há uma lei que determina que esses recursos devam ser aplicados no plano de saúde dos rodoviários, mas foi contratada uma empresa de publicidade que gerencia esse dinheiro. Vejam a vergonha! Não é a Prefeitura, não é ATP, não são as empresas de ônibus; é uma agência de publicidade que recolhe 70% desse valor e aplica somente 30% no plano de saúde. Isso é uma vergonha, isso é dinheiro público indo para o privado!

Agora, esse viés, essa visão liberal de administração é privatizar os lucros, privatizar o dinheiro da população e colocar na mão dos amigos de quem está no poder. Isso não dá para aceitar!...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): ...Muito obrigado, Presidente Pujol, e, finalizando a minha fala, é uma vergonha que o desrespeito à lei nesta cidade seja corriqueiro. Senhoras e senhores, o contrato que dispõe sobre as licitações vencidas por esses consórcios não é cumprido! As multas não são cobradas! E há quebra de contrato sistematicamente nesta cidade: descumprimento da tabela horária, quebra de veículo, acidentes, autuações no trânsito e a Prefeitura abre mão de cobrar essas receitas! É muito apadrinhamento com empresário!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. João Bosco Vaz.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, voltamos, hoje, regimentalmente no dia em que esta Casa tem que voltar a trabalhar, principalmente porque não tínhamos nada importante, relevante para a população de Porto Alegre para votar ou para discutir que não pudéssemos fazer no dia de hoje.

A população, assim como os rodoviários, sabe a posição clara que eu tenho e a posição que tem o Ver. João Bosco Vaz – a quem eu quero agradecer pela cedência deste tempo. Desde que eu militava no movimento estudantil, junto com o Ver. Cassio Trogildo e com outros pares desta Casa, na UMESPA, na UGES, e aí fomos seguindo as nossas lutas políticas, estudantis, sindicais, que quando chega este mês vem sempre a lorota dos empresários do sistema de transporte: que estão quebrados, que estão falidos, que não conseguem mais sobreviver. Quem atua em algo que permite que a pessoa fique quebrado, falido, que não consiga sobreviver, não segue atuando; muda de ramo. As pessoas têm lá um minimercado, não está dando certo, elas abrem uma ferragem; se não está dando certo, abrem uma lancheria, e assim vai indo. As pessoas começam, por exemplo, a engraxar o sapato numa praça, se não está boa, vai para outra; começam a oferecer seus serviços de carpintaria, de pedreiro, de eletricista, de hidráulico, de jardineiro num bairro, se não está dando certo, vão para outro. Nunca se viu as empresas de transporte em Porto Alegre fazerem um processo inverso; pelo contrário, quando a outra administração lançou um edital internacional, as empresas foram até onde puderam e não puderam para que isso não acontecesse, porque está dando lucro! Não existe, no raciocínio lógico da coisa, alguém ficar com algo que não dá dinheiro. Só que eles querem mais dinheiro ainda. Mais! Eles querem tirar os cobradores de ônibus, mas não comprovam como isso muda a vida da população. Eles querem jogar a população contra esta Casa e querem jogar a população contra os cobradores, mas não falam qual é o milagre de botar R\$ 100 milhões numa ponta e a população pagar.

Esta Casa aprovou uma TGO, uma taxa bem clara pela qual os aplicativos iam dizer que têm 10 mil carros e iriam pagar uma taxa por 10 mil carros; onde os aplicativos iam dizer que os aplicativos tinham 5 mil carros e iam pagar uma taxa por 5 mil carros, mas o governo não o quis. O governo quer agora bagunçar as coisas, botar

R\$ 0,28 por quilômetro. Quem vai pagar isso? São as pessoas que estão levando o sustento para sua família? As pessoas que estão transformando a questão dos aplicativos em algo insustentável para quem o pratica? Quem vai pagar é o passageiro - que terá incluído esse valor e não terá o retorno de serviço? Quem vai pagar são as empresas? Lorota! As empresas não vão pagar nada, quem vai pagar é quem trabalha no aplicativo, quem vai pagar é a população de Porto Alegre! E aí querem dizer que nós vamos subsidiar o transporte? Como subsidiar o transporte? Um transporte que já tirou a meia-passagem, um transporte que já tirou a idade do aposentado e do idoso, um transporte que quer mexer na passagem do estudante, um transporte que vem sendo sucateado a cada tempo que passa? Não precisam mais botar ar-condicionado nos ônibus, que não botam, não cumprem, não fazem o que a lei determina; aumentaram o tempo da frota; não botaram as modernizações que levou nosso prefeito até para a França para conhecer o sistema de transporte, até hoje isso não foi implementado no sistema de transporte de Porto Alegre. A saída é desempregar 3.600 pessoas; a saída é onerar os 40 mil trabalhadores de aplicativos; a saída é botar um pedágio na cidade de Porto Alegre. Vejam que coisa mais linda: um pedágio na cidade de Porto Alegre! Quem vem de Guaíba, quem vem de Canoas, quem vem de Cachoeirinha, de Gravataí...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Muito Obrigado, Sr. Presidente. Então é uma coisa simples: bota pedágio na entrada da cidade – olha que maravilha, que coisa moderna, coisa eficiente. Só que nós temos que ver que há vários impostos e tributos incluídos na questão do transporte: há impostos no *diesel* e na gasolina que são para custear o sistema de transporte; há o imposto que a população paga que é para subsidiar o sistema de transporte. O que mais nós vamos ter que fazer para subsidiar o sistema de transporte? Nós temos que discutir o sistema de transporte num todo. Eu não sou messias, não sou vidente, não sou nada, mas desta tribuna, quatro anos atrás, eu alertei que se nós não discutíssemos o sistema de transporte num todo, nós iríamos falir. Chamei para vir a esta Casa discutir o sistema de transporte a Associação dos Transportadores de Passageiros; chamei para virem discutir o sistema de transporte em Porto Alegre os taxistas; chamei para virem discutir o sistema de transporte de Porto Alegre os taxis-lotação; chamei para vir discutir o sistema de transporte de Porto Alegre a Região Metropolitana, porque está tudo interligado. Se nós não discutirmos o todo, nós não temos como discutir um, porque se nós vamos beneficiar as empresas de transporte Porto Alegre, nós vamos prejudicar alguém, e esse alguém é a população, esse alguém é o povo de Porto Alegre, esse alguém são as pessoas que não aguentam mais aumento de impostos, de taxas, de tributos, é alguém que não suporta mais a mão pesada e forte dos governos cuja criatividade sempre é tirar dinheiro do povo, a criatividade sempre é no sentido de punir o povo, e não uma criatividade de fazer as

coisas que têm que fazer. A doença é antiga, a doença é crônica, é degenerativa, só que o remédio continua sendo a Aspirina, o remédio continua sendo paracetamol, não está entrando a fundo na questão do remédio. Por que o governo, a Prefeitura não chama um grande seminário para discutir a questão do transporte em Porto Alegre num todo: a integração do transporte metropolitano, a integração das questões dos aplicativos com o sistema de transporte, o próprio custo da passagem, que é hoje – saiu no jornal – a mais alta do Brasil? Estamos dizendo isso há mais de dois anos aqui nesta Casa e temos o pior sistema de transporte do Brasil. Não adianta virem com medidas paliativas, não adianta virem com medidas tentando jogar a população que usa o sistema de transporte contra esta Casa.

Uma empresa – só para dar um dado para vocês – com 700 funcionários, se pagar o que a Prefeitura está dizendo, em torno de R\$ 120,00 por cada trabalhador, gastará no ano R\$ 1 milhão somente em transporte. Quanto desemprego nós teremos para custear esse R\$ 1 milhão? Quantas pessoas perderão seu emprego nessa empresa para custear esse sistema de transporte? Não tem mágica, o que tem é abrir todas as planilhas, é dar realmente um transporte digno para a população. E esse transporte digno não é nós darmos uma carta em branco para mexer no orçamento, para tirar dinheiro da saúde que já está sucateada, para tirar dinheiro da educação que precisa de melhorias, para tirar dinheiro da infraestrutura e dar para o sistema de transporte em Porto Alegre. Eu tenho certeza de que esta Casa não vai admitir isso, não tem como admitir isso mais; nós temos que ter seriedade para tratar dessa questão do transporte. O povo de Porto Alegre precisa ter um transporte digno? Precisa, mas se fizer tudo isso vai diminuir as duas horas que as pessoas levam da Restinga para chegar até o Centro de Porto Alegre, ou do Lami, do Belém? Vai diminuir o tempo que levam as pessoas que moram na Santo Agostinho, no Parque dos Maias para chegarem até o Centro de Porto Alegre? Vai diminuir o tempo de quem mora no Timbaúva para chegar ao Centro de Porto Alegre? Para quem mora na Mário Quintana, pega toda a Av. Protásio Alves, vai diminuir? Não vai diminuir, não vai melhorar, temos convicção disso, porque já estão dizendo que não é agora que a passagem vai diminuir para R\$ 2,00, que não tem como ser agora, e não vai diminuir. Muita coisa já foi feita e a passagem Porto Alegre não diminuiu; a passagem Porto Alegre só aumentou. Nós não podemos mais tratar a questão do sistema de transporte de forma a pedir aumento e ganhar. No ano passado eles pediram aumento, e a causa do aumento da passagem era o dissídio dos rodoviários de Porto Alegre; só que no ano passado eles ganharam o dobro de aumento do dissídio dos rodoviários. Este ano querem mais aumento ainda. As empresas chantageiam a população de Porto Alegre, chantageiam os usuários do sistema de transporte, chantageiam a Prefeitura, chantageiam esta Casa, chantageiam todo o povo de Porto Alegre dizendo que precisam de aumento. Todo mundo precisa de aumento; todo mundo precisa de dignidade para exercer a sua função. Agora, uma loja que não está vendendo vai criar uma taxa para se salvar e toda a população vai pagar? Não é assim que se faz. Estamos dispostos a discutir um transporte acessível para o povo de Porto Alegre, e a empregabilidade dos trabalhadores...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0418/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 021/19, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que inclui art. 12-A na Lei Complementar nº 609, de 8 de janeiro de 2009 – que define o regime urbanístico para a Subunidade 2 da Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 60 da Macrozona (MZ) 1, altera os limites das Subunidades 1, 2 e 3 da UEU 62 da MZ 1, cria as Subunidades 4, 5 e 6 na UEU 62 da MZ 1, define o regime urbanístico para as subunidades 2, 3, 4, 5 e 6 da UEU 62 da MZ 1 e dá outras providências –, destinando as Subunidades 3 e 6, ambas da UEU 62 da MZ 1, para ocupação por centro de eventos e por entidades esportivas, sociais, culturais e recreativas.

PROC. Nº 0324/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 153/19, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que institui o Programa Municipal Jardins Comunitários (PMJC) e dá outras providências.

PROC. Nº 0440/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 204/19, de autoria do Ver. Dr. Goulart, que denomina Hospital Restinga e Extremo-Sul Eva Laurencio Valladares o equipamento público conhecido como Hospital Restinga e Extremo-Sul, localizado na Avenida João Antonio da Silveira, 3.700, Bairro Lomba do Pinheiro.

PROC. Nº 0458/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 208/19, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que destina, junto ao Trecho 3 da Orla do Guaíba, espaço para construção de quadra poliesportiva com acessibilidade, adaptada para modalidades paradesportivas e para o lazer de pessoas com deficiência.

PROC. Nº 0476/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 214/19, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que denomina Rua Mirante do Guaíba o logradouro público não cadastrado conhecido como Beco D – Rua São Guilherme, localizado no Bairro Vila São José.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não há inscritos para discutir a Pauta. Encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, primeiro, quero cumprimentar V. Exa. na sua primeira sessão ordinária do ano, cumprimentar os rodoviários, os trabalhadores do transporte de aplicativos, cumprimentar a todos os vereadores e vereadoras pelo início de mais um ano legislativo. Dizer que infelizmente, Ver. Reginaldo Pujol, lamento que nas sessões extraordinárias convocadas para quinta e sexta-feira passadas nós, infelizmente, não tenhamos conseguido, Ver. Lino, o quórum suficiente para fazer o debate dos sete projetos que estavam compondo aquelas convocações extraordinárias, e, dessa forma, não pudemos executar o debate. Quero dizer que a preocupação deste vereador quanto aos projetos que estavam naquela sessão extraordinária e quanto a este projeto que agora, em alguns minutos, nós faremos o debate e a votação, são projetos que, na minha visão de vereador e de legislador da capital dos porto-alegrenses, são de suma importância. Também é legítimo discordar deste projeto, ter uma visão diferente da minha; os sindicalistas e os trabalhadores pensam diferente do que eu penso, eles têm todo o direito de fazer o debate, de lutar por aquilo em que acreditam. Eu venho aqui para fazer o debate daquilo em que eu acredito. São sete projetos que tratam do transporte público na cidade de Porto Alegre. Porto Alegre tem, Ver. Ferronato, a passagem de ônibus mais cara do Brasil: R\$ 4,70. Infelizmente, nós precisamos mudar essa lógica. Em vários municípios do Brasil, em várias partes do mundo, em várias capitais existe o subsídio ao transporte público, Ver. Mauro Zacher. Em Porto Alegre, até hoje, não se tratou de como subsidiar o transporte público; por isso, nós temos a passagem mais cara do Brasil. Em São Paulo, por exemplo, se a passagem não tivesse nenhum subsídio, seria de R\$ 7,30; com o subsídio de R\$ 3 bilhões, Ver. Cecchim, o transporte em São Paulo é R\$ 4,30. Em Porto Alegre, hoje, quem subsidia e quem paga a passagem é o trabalhador que utiliza o ônibus, ele paga toda a passagem. Nós sabemos que esse valor de R\$ 4,70 é um valor alto, e o debate que nós queremos fazer – quero convidar os vereadores para realizarmos esse debate – é em cima desses projetos, de outras ideias e de outros projetos que podem surgir nesta Casa para se buscar subsidiar esse preço da passagem. Existem duas formas: uma é com o próprio Executivo, retirando dinheiro do Tesouro, do caixa, e botando esses valores para que a passagem diminua; outra, através dos projetos de lei que foram apresentados pelo Executivo, que são projetos que vão buscar o subsídio da passagem em outros segmentos, com outras pessoas que não utilizam o transporte público, mas irão contribuir para que se possa baixar o valor da passagem, e, dessa forma, ter um transporte mais barato para aquelas pessoas que utilizam no dia a dia o ônibus na cidade de Porto Alegre. Com isso, até mesmo aqueles que não utilizam o transporte, que estarão subsidiando, terão, dessa forma, mais pessoas utilizando o transporte público. E mais pessoas utilizando, significa um menor preço na tarifa, e no futuro, quem sabe, um transporte público de mais qualidade.

Porto Alegre, sim, nós temos ainda muito a melhorar o nosso transporte de ônibus, mas também temos algumas coisas no nosso transporte que nos diferenciam e

nos colocam, por incrível que pareça, Ver. Ricardo, mesmo não sendo como nós gostaríamos que fosse, em situação melhor do que em muitas cidades do Brasil, perdendo somente para o Rio de Janeiro em número de ônibus com ar-condicionado...

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Pinheiro prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Temos outros atributos no nosso transporte público que nos deixam melhores que em outras cidades. E agora o que nós estamos propondo, através desses sete projetos que foram apresentados na Câmara, é uma discussão com lógica, não somente onde se perde a razão, Ver. Cecchim, e se comece a fazer uma disputa ideológica, política, partidária. Nós precisamos, sim, enfrentar a questão do transporte público na cidade de Porto Alegre, mesmo que alguns vereadores não concordem com todos os projetos. Eu mesmo, com relação aos projetos apresentados na sessão extraordinária, havia alguns pontos que eu faria emendas, para ajustar naquilo que eu penso e naquilo que eu acredito. Mas, quero conchamar os vereadores, que nós possamos, com racionalidade, sentar, discutir o projeto, ver as ideias dos vereadores, para que a gente possa buscar de uma forma mais lógica, sem perder a razão, e sem levar a discussão para o lado totalmente ideológico, buscando, dessa forma, uma passagem mais equilibrada, mais barata e que possa promover uma maior utilização do transporte público em Porto Alegre. Um dos projetos, que estava apresentado, era a redução de uma taxa que hoje a Prefeitura cobra de 3%, que vai a vai somar ao preço da passagem R\$ 0,15, Ver. Oliboni, líder da oposição. Este é um projeto que não prejudica nenhum trabalhador, nenhuma pessoa, nenhum usuário, e com a sua aprovação nós teremos a redução de R\$ 0,15 no preço da passagem.

Existe um outro projeto que dá oportunidade para que as empresas de ônibus possam, em horários alternativos, Ver. Ricardo Gomes, ter uma passagem com preço diferenciado. Nós sabemos que em outros municípios, em outras capitais isso já acontece, em horários, como, por exemplo, das 9h às 11h da manhã, das 3h às 5h da tarde. Aquele trabalhador liberal, que abre o seu escritório, que pode pegar o ônibus, em vez de pegar no horário do *rush*, possa pegar em outro horário, pagar uma passagem mais barata, com isso diminuindo o número de passageiros daquele horário de pico, distribuindo ao longo do dia, com isso tendo mais passageiros e, dessa forma, melhorando ainda mais o nosso transporte, promovendo maior utilização do transporte público de ônibus de Porto Alegre. Nós também podemos fazer a utilização da relação com os próprios aplicativos, que hoje não pagam nada para utilizar as nossas vias; não os trabalhadores do aplicativos, mas as empresas de aplicativos podem dar a sua contribuição para que nós possamos ter uma passagem de ônibus mais barata, mais razoável para o trabalhador.

Então, é uma série de projetos que nós queremos fazer o debate. E quero dizer para todos os vereadores, não só para os vereadores da base, os independentes, mas para todos os vereadores desta Casa, os da oposição, os do PT, do PSOL, do PSD

para que nós possamos, de forma racional, nos reunir após a votação deste projeto, que nós não sabemos exatamente o que vai acontecer, se vai ganhar o governo ou vai ganhar a oposição, mas que os vereadores pensem e votem com a sua consciência por aquilo que eles acreditam que é o melhor para a cidade, sem disputas políticas e ideológicas, Ver. Bosco, que nós possamos discutir pacificamente uma forma de melhorar o nosso transporte coletivo, com a integração com a Região Metropolitana, com essa questão dos subsídios, e possamos fazer um bom trabalho como vereadores desta cidade para buscar uma passagem mais barata e mais digna para o trabalhador do nosso Município. Muito obrigado e uma boa votação a todos nós, independente do resultado, que ganhe a cidade de Porto Alegre!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Lino Zinn está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LINO ZINN (NOVO): Boa tarde a todos. Quero saudar aqui os trabalhadores do transporte público; boa tarde para vocês que estão aqui lutando pelo que vocês acreditam; quero dar boa tarde para os trabalhadores do transporte por aplicativo que é uma categoria que cresceu muito, acho que é mal representada e que merece uma articulação e um espaço. Quero parabenizar aqui o Exmo. Ver. Reginaldo Pujol pela presidência, acompanho o trabalho de V. Exa. desde a minha época na farmácia na Restinga, onde tu és um ícone, tu sabes disso. E, cumprimentando o Presidente Reginaldo Pujol, cumprimento a todos os colegas que estão aqui hoje.

Eu queria dividir com vocês que eu estava escutando atentamente a fala de todos vocês – os colegas sabem que eu não sou um vereador *full-time*, vamos dizer assim, eu sou um vereador por aplicativo, quando o Ver. Felipe Camozzato precisa, ele me chama por aplicativo e eu venho – e tenho muita curiosidade de entender como vocês pensam - vocês, vereadores, que são os representantes da nossa cidade. Eu peguei uma coisa muito boa deste debate, primeiro, é unânime a falta de habilidade política do Marchezan em propor o debate. É uma coisa incrível a incapacidade do diálogo, chega a ser até triste que a população de Porto Alegre elegeu ele para um novo tempo, mas esse novo tempo que ele propõe é um tempo de suprimir o debate, porque a forma que ele propôs foi, infelizmente, de atropelar, como foi dito aqui. Mas, concordando com o Ver. Mauro Pinheiro que acabou de falar, fez uma fala muito boa por sinal, eu acho que gente tem que partir para a racionalidade e, quando eu falo racionalidade, tanto dito pelo Ver. Mauro Pinheiro, é o amplo debate. E nesse amplo debate, eu fico feliz de escutar dos senhores, além da unanimidade com relação à forma que foi proposta, que foi uma forma errada, é que a gente tem que ver as planilhas. Gente, não existe a gente determinar subir um valor. Os preços controlados são os que mais sobem no Brasil, o preço ser controlado já é um problema; a gente propor que um preço controlado suba, sem ver uma planilha, sem ver o um custo, é bizarro. E, para minha felicidade, os senhores aqui, a grande maioria não vai fazer uma barbaridade de aprovar um aumento

de custo para o cidadão de Porto Alegre sem ver a planilha. Então, eu queria pedir para o Ver. Mauro Pinheiro e para os representantes da Prefeitura que estão aqui que enviem – aqui fica um pedido – essas planilhas. Eu vou fazer um pedido muito específico: eu gostaria de ter acesso, Ver. Mauro Pinheiro e representantes da Prefeitura, à planilha, ao Demonstrativo de Resultado por Exercício – DRE - por bacia, por consórcio e por empresa; depois disso, se possível for, se existir um nível de gestão avançada, pode ser que não tenha, um DRE por linha: qual linha é deficitária, qual linha opera com menos passageiros do que o necessário. A gente saberia responder isso? Quanto que é arrecadado com a publicidade, como os colegas falaram aqui? A gente sabe disso? Enquanto não houver esses dados de forma muito transparente, não faz sentido. Quanto à questão do subsídio, gente, realmente existe em algumas cidades, mas se a Prefeitura quiser subsidiar, se o prefeito Marchezan quiser subsidiar, antes de colocar a mão no bolso do cidadão, antes de tomar o dinheiro de outra pessoa, subsidie com o ISS pago pelos aplicativos – os aplicativos já pagam ISS. Então, Marchezan, prefeito, se o senhor quiser subsidiar, use o dinheiro do seu caixa, não pegue o dinheiro das famílias, dos trabalhadores, que é muito feio!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PL): Sr. Presidente, colegas vereadores, subo a esta tribuna com uma certa perplexidade, subo atônito, porque estamos há dois dias em sessão tentando discutir projetos, votar projetos que nós não discutimos.

Da noite para o dia, Ver. Mendes Ribeiro, esta Casa, que é um parlamento, que vem de *parlare*, de falar, de conversar, de discutir, virou uma Casa plebiscitária, de “sim” ou “não”. Se a gente votar “não”, a responsabilidade é nossa. Se nós votarmos “não” é porque nós não queríamos o progresso da cidade, o avanço da cidade. Porto Alegre importa um secretário de mobilidade, um incompetente, um despreparado – um despreparado! Um homem que não conhece a cidade, que leu algum almanaque, em alguma viagem e descobriu que tem um pedágio para entrar em Nova Iorque. Nova Iorque, senhores! Nós estamos em Porto Alegre! Nós estamos em Porto Alegre! Vejam a malha ferroviária e os metrô que tem em Londres; a integração que existe em Nova Iorque - é uma comparação estapafúrdia! Como, aliás, estapafúrdias, ridículas e absurdas são todas as entrevistas desse mentecapto que está lá como secretário de mobilidade, e que, de alguma forma, influencia o prefeito Nelson Marchezan a nos constranger com esses projetos absurdos aqui na Câmara de Vereadores. Absurdos! Ou seja, mais uma vez, quer se resolver o problema histórico de má gestão da mobilidade do transporte público de Porto Alegre da forma mais fácil: metendo a mão no seu bolso! Metendo a mão no seu bolso – é assim que se resolve? É assim que se consertam problemas históricos? Não é não, senhores! Eu vou encaminhar o voto do PL, um

partido que já foi o primeiro a declarar o seu apoio ao prefeito Nelson Marchezan no ano que vem, mas eu vou abrir uma objeção de consciência. Eu vou abrir aqui uma objeção de consciência! Eu sou um homem livre, por isso que eu sou de um partido livre, Partido Liberal, que vem da liberdade. Eu não vou votar esses projetos absurdos, inconsequentes, irresponsáveis, que não foram discutidos aqui nesta Casa. Esta Casa não é uma Casa de plebiscito! Esta Casa não é uma Casa plebiscitária, isto aqui é um Parlamento, merece respeito! A dignidade que ele tem como Parlamento da cidade de Porto Alegre. Esse é o meu encaminhamento aos senhores

Você que está assistindo em casa, não conte comigo para cobrar pedágio na capital de todos os gaúchos! Todo o gaúcho, Ver. Ricardo Gomes, de alguma forma, é cidadão de Porto Alegre. Se aprovarmos essa aberração, porque isso não é um projeto, isso é uma aberração, vindo da mente de um incompetente que não tem a menor profundidade, que lê almanaques, tirou da Wikipédia esse projeto e propôs aqui em Porto Alegre. Não é possível resolver os problemas da cidade com esse grau de irresponsabilidade, não é possível! Sr. Presidente, eu conclamo os colegas vereadores que, pela dignidade desta Casa, do nosso mandato representativo, não nos submetamos a esse absurdo, a essa violência moral que se tenta impor a esta Câmara de Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente Ver. Reginaldo Pujol e todos que nos acompanham na tarde de hoje, estamos aqui, mais uma vez, como a gente vem fazendo desde a última Sessão Legislativa de 2019, Ver. Mauro, e fui obrigado, aqui, a me inscrever porque tenho acompanhado as redes sociais e as redes sociais muito falam sobre as propostas que estão sendo debatidas em relação à questão do modal de transporte público. E, dentro dessas medidas, o mesmo projeto que nesta Casa nós não tivemos êxito em manter o quórum na última sessão, a questão dos cobradores, todos sabem a opinião deste Município, da gestão de Porto Alegre, como na gestão inclusive da nossa terra natal - cadê o Ver. Cassiá Carpes? São Borja está com um projeto gradativo da questão de não obrigatoriedade de ter um funcionário além do motorista. Esse modal do transporte público, e o Poder Executivo enviando para cá as mais variadas propostas, sejam elas de taxa de gerenciamento, discussão dos aplicativos pagarem ou não por quilômetro rodado, ou também das propostas mais radicais ou usuais que estão sendo utilizadas para subsídio de transporte público. Anualmente, a gente vê vários movimentos de sindicatos, de partidos falando sobre subsidiar ou não o transporte público. Então, no momento, queremos deixar claro que esperamos, sim, que os vereadores que forem contra parcialmente, votem contra; os que são a favor parcialmente, que votem a favor. Mas que nós possamos fazer o nosso trabalho, nos debruçar sobre os projetos e verificarmos quais são os impactos desses projetos. Nós,

representantes da população de Porto Alegre, desejamos e achamos viáveis para a tentativa da contenção do aumento da tarifa ou para, quem sabe, se o entendimento for nesse sentido, até para a redução. O que nós não podemos é ficar fazendo sempre a discussão de querer ter subsídio, e quando temos a oportunidade de dizer: “Olha o recurso será daqui”; esses subsídios, se a gente entende que tem que ter, é daqui, é dali. Então o apelo que a gente vem fazendo desde a semana passada é que nós, representantes legítimos da população de Porto Alegre, façamos a nossa escolha. Quem é contra, vote “não”; quem é a favor, vote “sim”, mas que nós façamos o nosso trabalho. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 16h47min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Dou por reiniciada a votação interrompida no mês de dezembro.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, como o senhor já estava falando, nós vamos continuar votando o projeto de sistema de transporte, dos cobradores, a partir da Emenda nº 06, que nós estávamos discutindo. Solicito que sejam votadas em bloco as Emendas nºs 06, 07, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 15, e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 07 ao PLE nº 015/17. Então é tudo ou nada: ou se aprova o projeto ou se rejeita o projeto, e junto com ele as emendas e tudo o que possa ter.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PL): Sr. Presidente, o PL subscreve o Requerimento.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente, como fui surpreendido, ninguém dialogou conosco a respeito dessa votação em bloco ou não, eu vou consultar os vereadores que compõem a base para nós tomarmos uma decisão coletiva.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Solicito que suspenda a sessão por dois minutos para que eu possa conversar com os vereadores da base.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h49min.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 16h54min: Estão reabertos os trabalhos.

Atenção, senhores e senhoras, eu quero que todos colaborem para que nós encaminheemos a continuação do trabalho.

O Ver. Cláudio Conceição solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 3 a 5 de fevereiro de 2020. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo declaração firmada por este vereador, Reginaldo Pujol, Líder do DEM, informando o impedimento de o suplente Dinho do Grêmio assumir a vereança no mesmo período. A Mesa declara empossado o suplente Farid Germano Filho, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

Apregoo documento firmado por Cláudio Conceição, informando seu retorno ao exercício da vereança no dia três de fevereiro do corrente.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE) (Requerimento): Presidente, nós chegamos a um acordo entre os vereadores da base junto com o Ver. Aldacir Oliboni, que é o líder da oposição, e nós aceitamos fazer um bloco com todas as emendas para votarmos as emendas em conjunto, e, após a votação das emendas, votaremos então o projeto, sendo que os vereadores fazem acordo de somente encaminharem o projeto e não discutirem as emendas. Esse foi o acordo, de só encaminharmos o projeto.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Não cabe a essa Mesa outro caminho senão declarar aceita a votação em bloco.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 2035/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 015/17, que autoriza a alteração da tripulação do sistema de transporte coletivo e disciplina o pagamento da tarifa no horário compreendido entre 22 (vinte e duas) e 4 (quatro) horas, revogando o § 4º do art. 1º da Lei nº607/19 7.958, de 8 de janeiro de 1997.

Pareceres:

- da **CCJ.** Relator Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nºs 01 a 04;
- da **COSMAM.** Relator Ver. Paulo Brum: pela aprovação do Projeto e das Emendas

n^{os} 01 a 04;

- da **CEFOP**. Relator Ver. João Carlos Nedel: pela aprovação do Projeto e pela rejeição das Emendas n^{os} 01 a 05;

- da **CEDECONDH**. Relatora Ver^a Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto e das Emendas n^{os} 01 a 04; Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela rejeição da Emenda n^o 05.

Observações:

- com Emendas n^{os} 01 a 16 e com Subemenda n^o 01 à Emenda n^o 07;

- incluído na Ordem do Dia em 11-12-19 por força do art. 95 da LOM;

- Emendas n^{os} 01, 02, 03, 04 e 05 rejeitadas em 19-12-2019.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal o bloco composto pelas Emendas n^{os} 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e Subemenda 01 à Emenda n^o 07 ao PLE n^o 015/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o bloco de Emendas por 34 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Em votação o PLE n^o 015/17. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLE n^o 015/17.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, aos heroicos militantes que estão aí, há muitos dias, eu acho que aqui tem que se discutir, tem que se ter opinião, tem que se ter diálogo, mas também tem que saber a hora de parar. Olhando para o painel, depois desse acordo em que todas as emendas foram rejeitadas, com o acordo da situação e da oposição, quero cumprimentar a liderança do governo pela heroica resistência até agora. O Ver. Mauro Pinheiro foi heroico nessa caminhada difícil, muito difícil, mas os cobradores, a categoria, os motoristas, todos foram mais persistentes do que o outro lado! (Palmas.) Se há uma coisa que eu aprendi a respeitar é a maioria. Se pudesse retirar, eu ia pedir para o prefeito, mas não dá mais para retirar, então eu quero dizer para os meus colegas que foram fiéis até agora – Mauro Pinheiro, quem te seguiu até agora: o líder do governo foi um gigante até agora. Não é o culpado, diz o Ver. Cassiá. Eu não quero que tenham vencidos e vencedores. Eu peço para a minha bancada e para todos os vereadores para que volte a harmonia nesta Casa, para que não tenha “eles e eles” ou “eles e nós”. Em nome da harmonia da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, eu queria pedir para que todos os vereadores votem contra o projeto. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do PLE n^o 015/17.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos acompanha pela TVCâmara e também

aqui nas galerias. Eu falei, anteriormente, no período de Comunicações e já dei a minha visão de como eu penso o Parlamento, Ver. Prof. Alex Fraga, aqui está representada toda a população de Porto Alegre. Nos parlamentos e na Câmara Municipal de Porto Alegre acontecem, sim, os grandes debates da cidade, pois este tema da mobilidade urbana, que envolve o projeto que agora estamos encaminhando, é um tema muito importante, Ver. Aldacir Oliboni, líder da oposição, porque ele não termina com a votação desse projeto e com a rejeição que já está declinada desse projeto, porque o problema da mobilidade vai continuar após nós apertarmos o botão de votação do painel de cada vereador. Esta Casa, Ver. Mauro Zacher, é a Casa da democracia, e aqui foi travado, sim, um grande debate em relação à questão dos cobradores e não vamos solucionar a questão da mobilidade urbana em Porto Alegre com a finalização desse projeto. Eu gostaria que tivéssemos sempre, nesta Casa, Ver. Márcio Bins Ely, a grandeza que teve o líder do governo, como aqui bem declinou o Ver. Idenir Cecchim, de saber quando chega a hora de declinar e entender que a maioria está formada e, a maioria, neste momento, se formou contrária à aprovação do projeto. Este é um projeto – está aqui a categoria que esteve de vigília – que nenhum vereador poderia trocar o resultado de hoje, tamanha a complexidade que gerou essa discussão, Ver. José Freitas, Ver. Rafão, que está aqui na Casa em função de o Ver. Paulo Brum estar de atestado médico, é nosso secretário de Segurança. Ver. Adeli, um voto que fosse trocado nesse projeto poderia mudar o resultado, pois sou daqueles que aceita, Ver.^a Cláudia, o resultado da democracia. E aprendi, outro dia, com uma pessoa muito sábia, Ver. Robaina, aqui já declinei, que sabedoria é saber vencer em silêncio e perder sorrindo. Por isso estou sorrindo; um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 015/17.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente Pujol, vereadores, vereadoras, público das galerias, quero dizer que este projeto está na Casa desde 2017 – este é o quarto ano que se debate esse projeto aqui na Casa. Entre idas e vindas, nunca se conseguiu, Cassio, chegar a uma maioria consistente, tanto é que não se conseguiu nem trazer o projeto para votação antes em plenário. No final do ano de 2019, Ver. Lino, tivemos aqui o início da votação deste projeto, e, numa disputa acirrada entre vereadores contra e a favor do projeto, tínhamos 18 vereadores contra e 18 vereadores a favor. De forma inteligente houve uma manobra da oposição, que fez as contas e viu que se continuássemos votando, aprovaríamos o projeto sem termos a maioria, porque tínhamos 18 vereadores a favor e 18 vereadores contra. Como é possível? A Ver.^a Mônica, que presidia a Câmara, era contra o projeto, mas o vereador que preside, como é um projeto com maioria simples, não vota, e nós ganharíamos por 18 a 17, como estávamos ganhando em todas as votações das emendas. A oposição, somando a inteligência também dos trabalhadores e dos sindicalistas, recuou, retiraram

o projeto, e hoje, o Ver. Reginaldo Pujol, que é favorável ao projeto, preside a sessão e não vota, e nós temos 18 da oposição e 17 da situação, invertendo o resultado. Então, vocês estão de parabéns pela luta que fizeram, por aquilo que acreditam. Eu, Ver. Robaina, que foi um grande lutador, junto com o Ver. Paulinho e outros vereadores, fiz o possível para votar naquilo que eu acreditava, não que eu fosse contra os vereadores e os trabalhadores, ao contrário, a minha opinião é que este projeto seria melhor para os trabalhadores, ao contrário dos outros 18 vereadores que acham que não. Então, nós chegamos nesse impasse, e hoje nós sabemos que o resultado será favorável. Eu libero a base dos vereadores que até agora me acompanhou para que possa votar da forma que achar que melhor para cidade, para sua consciência. Eu continuo achando que este projeto era melhor não só para cidade, como dava garantias para os trabalhadores e para os cobradores de permanência no cargo, mas vocês acharam que não, que era ruim, ganharam, venceram, meus parabéns. Boa votação a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 015/17.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores, trabalhadores rodoviários, trabalhadores de aplicativos que aqui se encontram, problemas antigos exigem soluções novas, ideias novas. Agora, desde que essas soluções e essas ideias não desempreguem as pessoas e não onerem o cidadão. O Ver. Mauro Pinheiro lembrou muito bem, quando disse que esse conjunto de projetos chegou aqui em 2017, no mesmo período em que eu deixei a liderança do governo, por não concordar com esses projetos. E quando falei com o prefeito e com seu núcleo duro, pode-se dizer assim, seus consultores, as pessoas mais próximas do prefeito, na época, disseram que, se ele entrasse nessa ciranda de um problema velho, um problema antigo, ele seria triturado por isso. E a prova aconteceu. No ano passado nós tiramos a segunda passagem das pessoas idosas, e, mesmo assim, as empresas de transporte aumentaram o preço da passagem de ônibus. Agora, já pedem R\$ 0,50 de aumento, alegando que precisam. Por muito tempo, aqui nesta Casa, o principal problema do aumento da passagem era o salário dos rodoviários. Agora mudou o discurso, o principal problema é que não tem passageiro. Mas por que não tem passageiro? Se o ônibus é bom, se é confortável, se é um transporte seguro, se é um transporte que atende bem as pessoas, essas vão usar o ônibus. Agora, não pode ser uma coisa que só visa lucro, lucro, lucro. Eu não sou contra o empreendedor, pelo contrário, não sou contra, mas a população não quer ficar sem os cobradores. E não é à toa que nós fizemos um abaixo-assinado no meu gabinete, junto com outras entidades, do meu partido, e coletamos mais de 20 mil assinaturas da população que não quer ficar sem esse segundo tripulante, que é a pessoa que vai ajudar os deficientes, que vai ajudar os idosos, vai cuidar das crianças dentro do transporte. Então, cabe a nós sentarmos... Eu acho que isso é um sinal para o povo de Porto Alegre, para o Conselho Municipal de Transporte, para a Prefeitura, para esta

Casa, para o Sindicato dos Rodoviários, para a ATP, para todos fazerem uma grande mesa de diálogo e debate e discutir o sistema de transporte em Porto Alegre. Um sistema de transporte que tem que ser viável para a população. Não é desempregando e não é onerando a população que nós vamos ter o transporte necessário à população. Não é só dando concessão para as empresas que nós vamos ter um sistema de transporte melhor na cidade de Porto Alegre. Isso vem sendo provado e comprovado há algumas décadas. Nós – volto a bater na mesma tecla que estou batendo há muito tempo – temos que discutir como um todo. E, neste dia de hoje, como já falei na votação dos guardadores de carro, não tem vitorioso, não tem derrotado. No dia de hoje o que prevalece é o diálogo, no dia de hoje, para nós, o que prevalece é o ensinamento de que nós temos que dialogar, nós temos que nos unir – todos nós que nos preocupamos com o sistema de transporte de Porto Alegre, com o bem-estar da população e em achar saídas. Volto a dizer que a saída não seja a demissão de trabalhador, que a saída não seja onerando a população. Saída para isso tem! Eu estou disposto a ajudar, como sempre estive, para resolver esse problema. Um problema do povo de Porto Alegre, um problema das pessoas que precisam se locomover, muitas vezes até para levarem um parente doente a um hospital, ou quando precisam buscar remédio, precisam fazer consultas; as pessoas não usam transporte só para trabalhar. É interesse de toda a população, é interesse de todos nós. Tenho certeza de que todas as bancadas aqui irão se debruçar sobre esse tema, irão se juntar ao governo...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Lino Zinn está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 015/17.

VEREADOR LINO ZINN (NOVO): Sr. Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, quero saudar os trabalhadores que estão aqui defendendo os seus interesses, e fazem muito bem em defender seus interesses. Quero convidar esses trabalhadores que estão aqui para fazer o seguinte raciocínio: se, de fato, as empresas estão em déficit – o que a gente tem que averiguar ainda, a gente não olhou as planilhas para saber se as empresas realmente estão em déficit -, eu gostaria que vocês acompanhassem o meu raciocínio, se, de fato, a empresa está em déficit, se estiver em prejuízo e a gente não puder dialogar aqui um caminho sem nenhuma demissão - e vocês sabem que este projeto que está sendo votado contempla não haver nenhuma demissão -, um caminho onde só seja desobrigado no período das 22h às 4h - nesse horário quando, muitas vezes, vocês sabem que tem cinco ou seis pessoas nos ônibus -, se isso não for viabilizado, amanhã ou depois, com as empresas estando em déficit, elas podem fechar as linhas, fechar as empresas e vocês ficarem todos desempregados. Claro que podem, senhores. Aconteceu com muitos táxis, aconteceu com muitas indústrias, isso pode acontecer na ânsia de garantir vagas para outras pessoas que não estão

trabalhando ainda com vocês, os sindicatos corporativistas, na ânsia de manter mamando nas tetas de vocês, pois vocês sustentam eles, podem fazer com que todas as vagas sejam fechadas e exista um novo modelo. Quero convidar os vereadores a não olharem somente para as galerias hoje, eu queria convidar os vereadores aqui a lembrar que a população brasileira foi para as ruas neste ano contra as corporações, a favor da reforma da Previdência, essa mesma população vai olhar para cá e vai ver quem cedeu à pressão desta corporação organizada e não modernizou. Há a chance de modernizar, criando uma transição suave sem causar nenhuma demissão, e por isso eu sou favorável ao projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 015/17.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Pujol, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, aos trabalhadores que estão conosco nesta tarde, cuja presença já vem de longe, quero cumprimentar os rodoviários pela sua luta incansável, insistente e persistente na busca da não aprovação do projeto. Eu ia aqui conversar de outra maneira, mas ouvindo o amigo Ver. Lino, eu vou mudar o meu raciocínio. Em primeiro lugar é verdade: o transporte coletivo de Porto Alegre é o mais caro do País, e nós vamos olhar com carinho todos os projetos que estão aqui apresentados. Vamos olhar, verificar de que forma se pode, e vamos reduzir a passagem aqui em Porto Alegre. Eu sou favorável também ao subsídio. Mas eu ouvi, durante esse longo período que se tratou do projeto, conversas de que a profissão de cobrador de ônibus estaria no fim, e assim se manifestou o Ver. Lino, na verdade, as corporações estariam equivocadas e precisariam de um olhar diferenciado. Eu recebi muitas mensagens dizendo que, se votasse favorável, se modernizaria o transporte em Porto Alegre e se reduziria preço. Isso não é verdade, a modernização do transporte coletivo em Porto Alegre depende - e o nome que vai ser dar é outra coisa que nós vamos depois - de vocês, tem que ter uma segunda pessoa dentro do ônibus além do motorista. Tem que ter porque, quando se dá exemplos, Ver.^a Mônica, de outras cidades, são cidades de trajeto muito curto, e o que é mais essencial: sem o cobrador ou uma outra terceira pessoa das 22 horas até o dia seguinte, é pedir para que se cause algumas mortes por semana, por semana. Não dá para permitir, exigir, entender, que só o motorista vai ter a possibilidade de zelar pela tranquilidade, pelo auxílio e pela segurança do nosso usuário do sistema de transporte. Então se o transporte, se a tarifa é cara, não será reduzindo R\$ 0,05 - eu vou repetir, porque eu tenho dito por aí, que vamos reduzir R\$ 0,05 na tarifa - que teremos outras possibilidades de reduções mais consistentes, Ver. José Freitas, vamos reduzir cinco centavos e vamos colocar os nossos usuários do sistema correndo perigo, vamos colocar ao “seja lá o que Deus quiser” os nossos deficientes, idosos e assim por diante. Portanto eu acredito com segurança e firmeza que a tarefa, a atividade, a profissão de vocês não terá fim nos próximos anos, é um equívoco extraordinário.

Vamos votar contra, falo aqui em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista. Saudação, parabéns e um abraço para todos!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 015/17.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, rodoviários aqui presentes, o que nós vivenciamos na última semana nesta Casa, no ano passado e hoje... Primeiro quero falar de hoje, da grandeza da base do governo de reconhecer a derrota do projeto. Isso é grandeza política, Ver. Cassio, porque o prefeito não tem essa grandeza. Eu aprendi com o Dr. Brizola, com o Senador Simon, com o Ibsen Pinheiro, com o Sérgio Zambiasi, com todos os outros grandes homens que fizeram política, que não se explodem as pontes na política. A conversa, o entendimento, isso foi o que nós fizemos hoje aqui. Quantas vezes insinuamos e pedimos para que a categoria fosse recebida pelo prefeito? Ele nunca quis receber. Se esta Casa deu dez anos para tirar os carroceiros de Porto Alegre, seria possível dar dois ou três anos para apresentar um projeto até mais amplo do que esse, porque os senhores rodoviários e as senhoras rodoviárias sabem que o futuro é esse, pela automação, por tudo que tem aparecido. Agora, tentar votar de afogadilho, de emergência, convocando os vereadores dois dias antes do retorno que está sendo hoje, isso causa um constrangimento. Passados esses três anos de governo, parece que o prefeito ainda não entendeu que é preciso ter uma boa relação com a Câmara de Vereadores. Eu, por exemplo, apresentei alternativas para ele: ou baixar o preço da passagem ou congelar o preço da passagem; apresentei e postei nas minhas redes sociais, na semana passada, que faz dois anos e meio isso e não recebi resposta até agora, que é o que acontece no mundo todo, em Nova Iorque, em Londres, em Roma, transformar os 1.200 ônibus e os 400 lotações em *outdoors* luminosos, passando pela cidade, para criar um fundo, e o dinheiro dessa propaganda iria para o fundo, e, pelas contas que fizemos, chegaria a R\$ 20 milhões por ano para subsidiar a passagem. Nunca quis discutir essa ideia. Nunca alguém da base me procurou, e é uma ideia que toda mídia diz que é uma boa e é praticável – é praticável a ideia –, e é de fácil entendimento, mas é difícil, a gente não consegue avançar, não consegue conversar. Eu mesmo já encontrei o prefeito Marchezan não sei quantas vezes: “Ah, precisamos tomar um café.” Eu estou há três meses esperando esse café; já estou há três meses ou mais esperando esse café. É mais fácil tomar um café contigo, Cassio Trogildo, do que tomar com o prefeito. Toda vez que eu encontro ele: “Ah, Bosco, precisamos conversar. Quero te receber.” Eu digo: “Vamos lá perfeito, vamos bater um papo; eu posso ajudar; eu tenho ideias.” Bom, se essa ideia que eu apresentei, essas alternativas não são nem discutidas e levadas em consideração, se eu não recebi pelo menos nenhuma resposta de um ofício que eu deixei lá há dois anos e cinco meses... Como é que eu me sinto como vereador quando alguém da base diz: “Ah, vocês só criticam e não apresentam

alternativas”? Não, eu apresentei alternativas, podem ser ruins, podem ser boas, podem servir, podem não servir, mas eu quero ser ouvido. Por respeito à liturgia do cargo, eu quero uma resposta. Todos dizem que a ideia é boa e pode ser colocada em prática com facilidade. Por que não se discute isso? Eu ainda tive a grandeza de botar no ofício: senhor prefeito, eu poderia fazer um projeto indicativo, mas o projeto indicativo o senhor faz se quer ou não, então eu vou fazer um ofício para o senhor. Estou dando sugestões, tentando abrir uma janela de conversação, de diálogo, mas o que se vê é que as pontes, a cada dia, são implodidas entre esta Casa e o Paço Municipal. Eu gostaria muito que, neste ano, nós pudéssemos reatar essas boas relações, pudéssemos sentar, conversar, dialogar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 015/17.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Eu subo à tribuna para encaminhar o projeto em nome do meu partido, o PSOL, portanto, falo aqui em nome da Ver.^a Karen Santos e do Ver. Roberto Robaina. Inicialmente, como não poderia deixar de ser, eu gostaria de parabenizar os trabalhadores do transporte público, os rodoviários da nossa cidade, que foram incansáveis. Desde 2017, quando foi protocolado este projeto, nunca deixaram de visitar esta Casa Legislativa, conversar com vereadores e vereadoras, tentando abrir os olhos do conjunto de parlamentares e mostrar que o projeto era ruim para Porto Alegre. Não é um debate corporativista, não é um debate que visava preservar única e exclusivamente os seus empregos, mas também um debate que visava, minimamente, manter o trânsito desta cidade dentro de limites toleráveis. Desde o início da discussão desse projeto, quando o governo decidiu que ele seria votado, eu tenho defendido aqui a ideia de que, sem cobradores e cobradoras, o tempo de viagem iria aumentar substancialmente, os congestionamentos nessa cidade aumentariam de forma brutal, assombrosa, e o que hoje é ruim, se tornaria impossível, inviável, impraticável, que é se deslocar de uma região para outra na nossa capital. Portanto, parabéns aos rodoviários por essa conquista, por essa grande vitória, grande vitória, enorme vitória.

Eu gostaria também de parabenizar alguns vereadores e vereadoras, que tiveram grande protagonismo nesse processo de construção: o Ver. Paulinho Motorista, que é o digno representante dessa categoria, nesta Casa Legislativa; a Ver.^a Mônica Leal que tem se posicionado também ao lado dos trabalhadores desta cidade; os colegas da bancada do PT; Ver.^a Karen Santos, e o nosso colega de bancada, o Ver. Roberto Robaina, que assumiu um protagonismo enorme, nos últimos dias, desde dezembro até aqui. O Ver. Roberto Robaina foi incansável nessa luta. Parabéns a todos vocês,

principalmente à organização, à mobilização do conjunto de trabalhadores desta cidade. Vocês conquistaram, tenho certeza, uma maioria para a derrubada desse projeto.

Eu também gostaria de fazer uma pequena menção aos vereadores da base governista, que identificaram que esse movimento foi um movimento forte e firme, e parabenizar pela grandiosidade do Ver. Mauro Pinheiro em abrir a base governista, porque a gente percebia, dentro das articulações, que existiam alguns vereadores que seriam fiéis ao governo, votariam com o governo, mas de forma meio constrangida. Então, parabéns pela grandiosidade de abrir a base para a votação. Mais uma vez, parabéns, trabalhadores desta cidade! Parabéns! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, nós, enquanto bancada do PT e do PSOL, teríamos direito a mais uma liderança do PT e da oposição, mas estamos abrindo mão da fala para poder votar rapidamente este projeto de lei, para construir uma saída honrosa e não a demissão dos trabalhadores.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 015/17.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PL): Sr. Presidente, colegas vereadores, senhores rodoviários, serei brevíssimo, mas preciso registrar o dia histórico que aconteceu nesta Casa: nós viramos o jogo aqui, nós viramos a mesa. Dou os parabéns também à base do governo e aos partidos aliados que vieram aqui reconhecer que esses projetos que estão tramitando na Casa são prejudiciais à cidade, e o resultado que está acontecendo aqui hoje é fruto da inabilidade, da falta de capacidade de articular, de conversar com a própria base. E digo mais: nós vamos enfrentar um outro problema nesta Casa, que envolve a probidade, que é a questão das nossas emendas impositivas. Nós não vamos nos resignar, Ver. Cassio Trogildo, depois que 35 vereadores aqui aprovaram essas emendas. Nós não vamos nos dobrar diante da omissão, da negligência e da perfídia que se pretende fazer com o trabalho parlamentar. Aos rodoviários, meus parabéns. O jogo não está ganho ainda, o placar é lá, mas nós não podemos aprovar um projeto que não tem regra de transição muito clara e que pode, da noite para o dia, colocar três mil servidores que prestam serviços de utilidade pública na rua. O Estado tem uma responsabilidade social a cumprir, e eu, de sã consciência, já encaminhei o meu voto e encerro para que nós possamos ver no placar essa situação definida de uma vez por todas. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 015/17.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero dizer que há um único perdedor, por intransigência, por falta de diálogo, que pensa que vai administrar sem a Câmara e que só no último ano vai administrar. A obra da Av. Ceará é um exemplo, deixou para o último ano e agora não consegue terminar. Quero dizer a todos vocês, trabalhadores, que sempre estivemos junto com vocês, esta vitória não é só da esquerda. Quero que vocês analisem caso a caso, muitos de nós tivemos, desde o começo, com vocês. Eu não sou de esquerda radical, mas o Marchezan conseguiu unir a esquerda, como vocês viram aqui no plenário. O Marchezan fez esse fato inédito, uniu a esquerda, aqui no plenário, pela sua intransigência, pela falta de diálogo, até candidatura estão largando aqui no plenário para 2020. O Marchezan hoje é o candidato que a esquerda quer, intransigente, sem diálogo e a cidade está abandonada. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada pelos Ver. João Bosco Vaz e Ver. Cláudio Janta, o PLE nº 015/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 09 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Como havia solicitado, passo a ler a declaração de voto (Lê.): “Apesar da manifestação do nobre líder Cecchim, votei “sim” porque entendo que o projeto modernizaria o sistema de transporte de Porto Alegre. Mas mais importante do que isso, votei “sim” porque, no projeto, estava explícito que não haveria demissões, garantindo o emprego dos atuais cobradores. Apenas nos casos de rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do cobrador; despedida por justa causa; aposentadoria; falecimento do empregado; interrupção ou suspensão do contrato de trabalho não ocorreria a reposição da vaga. Sou a favor da liberdade econômica, porém jamais sacrificaria tantos empregos”.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Acolho a sua declaração de voto.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Como havia solicitado, passo a ler a declaração de voto (Lê.): “Votei a favor do projeto por considerar que representa um passo em direção à racionalização dos custos do transporte público coletivo de Porto Alegre. Acredito que a redução de custos da tarifa passa pela melhoria sistêmica e não pelo mero subsídio de um sistema caro e ineficiente. As mesmas razões nos levam a rejeitar as demais propostas do chamado ‘pacote’ enviado pelo prefeito Nelson Marchezan. Porto Alegre, 3 de fevereiro de 2020.”

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Acolho a sua Declaração de Voto.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Eu votei “sim”, Sr. Presidente, porque dentro do projeto tinha inserção social, remanejando aqueles funcionários para outras atividades. Já participei de um projeto semelhante e vimos que as profissões vão se modificando, e também porque as emendas que eu apoiava não fizeram parte desta votação.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Ver.^a Lourdes Sprenger, peço que V. Exa. encaminhe por escrito para constar nos Anais.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Como havia solicitado, passo a ler a declaração de voto (Lê.): “Votei a favor do projeto por entender que tal projeto, ao contrário do que falaciosamente foi difundido pelas pessoas contrárias ao projeto, basta uma simples leitura para perceber que o mesmo não demite nenhum cobrador, mas coloca em extinção o cargo, ou seja, não obriga a reposição de novos cobradores em casos de outros que, por exemplo, vieram a se aposentar, falecerem, forem demitidos por justa causa, etc. Ninguém é favor de demissão em massa, e o projeto não contempla isso, mas sim a redução gradual destes profissionais, quando preenchidas as hipóteses da desnecessidade de novas contratações, observando os requisitos estabelecidos pelo projeto de lei. Claro que este projeto não resolveria, por si, o problema do transporte público de Porto Alegre, que é muito mais complexo e deve ser enfrentado não somente pelo Executivo e pelo Legislativo, mas envolver a sociedade como um todo, visto que o transporte público é um direito social da população, especialmente daqueles que moram em regiões mais afastadas. Porto Alegre, 3 de fevereiro de 2020”.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Ver. Mendes Ribeiro, acolho a sua declaração de voto.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 222/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a alteração da liderança do Partido Republicano, a partir do dia de hoje: o Ver. Alvoní Medina será o líder e o vice-líder será o Ver. José Freitas

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT) (Requerimento): Presidente Pujol, primeiro quero registrar que também fizemos a transferência de minha liderança da bancada do Partido dos Trabalhadores para o Ver. Adeli Sell. Já registramos isso e será apregoadado na próxima sessão. Mas eu quero aqui fazer o pedido de verificação de quórum, por favor.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, V. Exa. tem que encaminhar por escrito. Senhores e senhoras, não há mais nada a tratar. Manifesto o meu aplauso ao conjunto da Casa que provou hoje – nós tínhamos 36 vereadores presentes – e decidiram, era um apelo que fazíamos no sentido de que votassem a favor

ou contra os projetos. Quero declarar mais ainda, que a luta pela minoração do preço da tarifa do serviço do transporte coletivo recém começou. Nós haveremos de convidar as lideranças, e o faremos após a quarta-feira, para que a partir da Câmara surjam projetos adequados para que essa minoração possa ser encontrada. Muito obrigado a todos, um bom fim de dia e até a próxima sessão, na quarta-feira, às 14h. Obrigado.

(Encerra-se a sessão às 17h53min.)

* * * * *